



14º Congresso Nacional de Previdência da ANEPREM e 1º Seminário ANEPREM/ Associações Estaduais foram realizados de 24 a 26 de novembro em Campinas/ SP, com muito sucesso.



Ministro Barroso destaca importância de aprofundar discussão sobre o tema RPPS



Itaboraí/RJ
O grande vencedor na categoria grande porte do Prêmio Boas Práticas de Gestão

19ª EDIÇÃO - NOVEMBRO/DEZEMBRO 2014
DISTRIBUIÇÃO DIRIGIDA E POR ASSINATURA

PARA AS MELHORES SOLUÇÕES EM INVESTIMENTOS, O PODER PÚBLICO PODE CONTAR COM O BRADESCO.

Só o Bradesco pode oferecer a Órgãos Públicos e Entidades opções exclusivas de investimentos, com atendimento especializado, transparência e o compromisso de buscar bons resultados com máxima segurança e liquidez. São mais de 60 Gerentes de Investimentos estrategicamente à disposição em todo o País e a facilidade do site bradescopoderpublico.com.br ou de uma Agência sempre perto de você.



Fone Fácil Bradesco: 4002 0022 / 0800 570 0022

SAC – Alô Bradesco: 0800 704 8383

SAC – Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722 0099

Ouvidoria: 0800 727 9933

bradesco.com.br  @Bradesco  facebook.com/Bradesco



Bradesco

Tudo de BRA para você.



Iliane e Ana Paula com o prefeito de Concórdia-SC, João Girardi

Caro Leitor,

Nesta edição, na qual trazemos em destaque os 22 municípios do Brasil que se destacaram pela governança de RPPS em 2014, sendo que estes foram premiados pela ANEPREM com o troféu “Boas Práticas de Gestão – 5ª edição”, impossível falar desse assunto sem nos lembrar de que um Instituto somente alcança um prêmio de boa administração se tiver um PREFEITO comprometido!

Não raro é encontrar por esse Brasil a fora, casos de gestores (aqui vamos nos ater aos municipais/prefeitos), que no uso de suas prerrogativas legais “escolhem a dedo” aquele que vai cuidar dos recursos da previdência do servidor público, e aí empossam um cidadão sem qualificação, sem comprometimento com a causa chamada RPPS, além de outras faltas de “habilidades” com a gestão do

regime próprio. E tem mais, não raro é ainda exemplos péssimos de prefeitos que se acham “donos” dos recursos previdenciários dos servidores não fazendo seus repasses em dia, e o pior, ainda tem aqueles que utilizam de subterfúgios legais para tomar de “empréstimo” o saldo bem administrado no RPPS.

Pois bem, um Instituto/Fundo só atinge sua plenitude em todos os sentidos, ao ponto de ser premiado como exemplo de boa governança se contar com o comprometimento de seu prefeito, com a responsabilidade do mesmo para com o Instituto/Fundo. E como forma de homenagear todos os administradores municipais que realmente zelam pelo futuro dos servidores públicos, tendo uma postura de compromisso para com o RPPS, citamos o exemplo do prefeito

de Concórdia/ SC, João Girardi, o qual tem sido responsável para com seus municípios. Cuidado esse que fica comprovado através do Prêmio “Boas Práticas de Gestão da ANEPREM”, que pelo quarto ano consecutivo o IPRECON fica em primeiro lugar. E esse cuidado ainda se demonstra pela escolha da gestora Lucilene Lazzarotti, servidora de carreira e qualificada para ocupar o cargo. Fica aqui o registro dos cumprimentos da Revista RPPS do Brasil a todos os gestores (prefeitos e responsáveis pela administração do Instituto/fundo) que se comprometem de fato com a consolidação do regime de previdência do servidor público brasileiro.

Até a próxima!
Iliane Fonseca e Ana Paula
Diretoras



E na foto que traz a equipe do Instituto, a legenda correta é Equipe do IPREV e não equipe do IPREM como publicamos. Nos desculpamos pela nossa falha.

Corrigindo...

Na edição nº 18 da Revista RPPS do Brasil, nas páginas 6 e 8, cometemos equívoco ao divulgarmos que o evento realizado foi o ‘II Encontro de RPPS de Minas Gerais’ e não o ‘III Encontro de RPPS de Minas Gerais’, como deveria ter sido publicado.

Direção e Editoria:
Ana Paula Vasconcelos
Iliane Fonseca

Comercial:
Revista RPPS do Brasil

Reportagem:
Maysa Abrão
Iliane Fonseca
Ana Paula Vasconcelos
Letícia Cubas

Secretária:
Ana Paula Oliveira

Projeto Gráfico e Design:
Daniel Henrique

Finalização e Trat. Imagens:
Márcio Gonçalves Gomes

Jornalista Responsável:
Iliane Fonseca MTE/RP 2729/GO
Revista RRPS do Brasil

Fotografia:
Revista RRPS do Brasil

Assessoria Jurídica:
Baden Powell & Mourão Advogados
64-3441 7021

Distribuição Própria:
Para os RPPSs do Brasil

Editada por:
RPPS BRASIL PUBLICIDADE
E EVENTOS
CNPJ: 13.399.934/0001-90

Colaboradores:
Daniel Sandoval
Juliana de Oliveira
Luciano Gonçalves
Milton Moreira
Lucimar Antônio

* Os artigos assinados expressam, especificamente, a opinião de seus autores.

CONTATO:
64-3442 6963 / 8123 1263 / 8106 3838
R. Nossa Senhora de Fátima, 585 -
CEP: 75709-180
N. Senhora de Fátima - Catalão - GO

www.revistarppsdobrasil.com.br
contato@revistarppsdobrasil.com.br
anapaula@revistarppsdobrasil.com.br



06/ Páginas verdes

Ministro Barroso destaca importância de aprofundar discussão sobre o tema do RPPS



14/ Artigo

Milton Moreira fala sobre Conselhos Previdenciários e fiscais dos RPPS



29/ Boas Práticas

Os Institutos premiados pela ANEPREM na 5ª edição do "Prêmio Boas Práticas de Gestão"



Ministro Barroso arrancou aplausos ao falar sobre a previdência, com bom humor

Começar pelo básico não faz mal para ninguém!

Ministro Barroso destaca importância de aprofundar discussão sobre o tema RPPS.

Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, fala sobre a preocupação com o futuro da previdência do servidor público. Confira.

Revista RPPS do Brasil: Como foi a participação do Senhor por ocasião da implementação da emenda 41?

Barroso: A emenda 41 trouxe um conjunto importante de transformações na Previdência Social aplicável aos servidores públicos, o chamado regime próprio. Trouxe algumas complexidades jurídicas, a proposta do regime de transição e do respeito a algumas expectativas de direito, mas acho que ela introduziu inovações muito importantes para assegurar a solvabilidade do sistema previdenciário, o papel de um juiz é produzir um complexo equilíbrio entre o respeito aos direitos constitucionais de um lado e aos direitos fundamentais de outro, e conservar a responsabilidade fiscal que impeça que o sistema quebre.

RPPS: E como foi a sua participação como juiz no processo de gestão dessas discussões?

Barroso: Um juiz só age mediante provocação, ou seja, quando exista uma ação judicial. Então, existem ações judiciais de toda natureza relacionadas à reforma da previdência, a criação do fundo complementar, da unidade gestora única, existem muitas questões associadas a aposentadoria especial, existem questões associadas ao Certificado de Regularidade Previdenciária, e eu as decido quando elas surgem, na conformidade da Constituição e das leis.



Ministro Barroso durante entrevista à Revista RPPS do Brasil

RPPS: Em relação a questão da previdência do servidor público no futuro, como o Senhor como juiz e ministro enxerga essa realidade brasileira?

Barroso: Acho que progressivamente a Previdência Social do setor público vai se limitar a assegurar proventos mínimos aos servidores aposentados, mais ou menos nos limites do regime geral, e qualquer coisa para além disso vai ter que ser um sistema de previdência complementar em regime de capitalização individual. Eu acho que esse é um modelo possível e desejável, um mínimo razoável assegurado por um sistema público e uma aposentadoria complementar assegurada mediante capitalização para a qual deve contribuir o empregador e o empregado.

RPPS: Em sua palestra o Senhor mencionou sobre sua preocupação em relação a estipulação da idade mínima para aposentadoria e hoje tem uma discussão em nível de Brasil sobre essa questão. Qual sua opinião a respeito?

Barroso: No RPPS a idade mínima já foi estabelecida pela emenda constitucional número

20. Em relação ao setor privado, chamado regime geral, ainda não existe uma idade mínima. A idade mínima não é uma opção ideológica, não é uma opção filosófica, é um imperativo das circunstâncias, ela é uma necessidade, portanto sou um defensor não exatamente da idade mínima, mas de uma fórmula que combine idade com tempo de contribuição; as pessoas mais pobres começam a trabalhar aos 15 anos e as mais ricas aos 25, se ambas puderem se aposentar aos 65 cria-se uma situação de injustiça. De modo que o melhor modelo é o que soma tempo de contribuição com a idade, 95 para homens e 85 para mulheres tem sido a fórmula proposta e acho boa. Isso no setor privado, porque no setor público já existe.

RPPS: E em relação ao risco. Já que hoje no regime próprio não existe nada que regulamente isso, como Ministro, o que o Senhor acha sobre essa questão?

Barroso: Existem três situações de aposentadoria especial previstas na Constituição: 1ª de insalubridade, que o Supremo já decidiu mandando aplicar o mesmo regime da iniciativa privada; 2ª é o caso de deficiência, que há uma lei complementar recente cuidando do assunto, a qual o Supremo entende que embora a lei se destine aos trabalhadores da iniciativa privada deva-se, por analogia, aplicar-se também aos

servidores públicos; e 3ª é quanto a atividade de risco, para a qual não há lei, nem na atividade pública nem na atividade privada. Meu ponto de vista é que na falta de lei, só se pode dar aposentadoria especial para aquelas atividades que trazem em si um risco inerente, como no caso da polícia ou dos agentes penitenciários. Agora, no tocante a outras categorias que tem riscos eventuais contingentes como juízes, promotores, oficiais de justiça, acho que onera excessivamente o sistema dar aposentadoria especial para todas essas categorias num mundo em que todos os países estão aumentando a idade mínima.

RPPS: Finalizando Ministro, o Senhor como cidadão brasileiro, o que espera para o ano de 2015?

Barroso: Ah, vai ser um ano com raios e trovões, ventos e felizmente instituições sólidas que vão recolher as velas e fincar âncoras para ultrapassarmos a crise. Acho mesmo que vêm tempos difíceis do ponto de vista econômico, do ponto de vista político e mesmo do ponto de vista jurídico com possíveis julgamentos complexos, mas felizmente nesses 26 anos de democracia no Brasil, as instituições se consolidaram de modo que eu não vejo risco institucional, não havendo risco institucional, o resto nós concertamos.

Daniel Sandoval
Mestrando em Economia pela Fundação Getúlio Vargas – FGV-SP, possui MBA em Mercado de Capitais pela FIECAFI-USP e pós-graduação em Administração de Empresas com ênfase em mercado financeiro pela Fundação Getúlio Vargas – FGV-SP. Possui certificação Certified Financial Planner - CFP® pelo Instituto Brasileiro de Certificação de Profissionais Financeiros e Certificação de Especialista em Investimento Anbima – CEA.



CESTAS, OVOS, CAMINHOS, CAVALOS, CORRIDAS, CARTEIRA. O QUE ISSO TEM A VER COM MEUS INVESTIMENTOS?

Qual a importância da diversificação na construção de portfólios sustentáveis e resilientes?



A diversificação como estratégia

Imagine que você foi convidado para assistir a uma corrida de cavalos onde são permitidas apostas. Você apostaria tudo em um único cavalo ou dividiria seus recursos apostando em diferentes alazões? Se a chance de cada cavalo ganhar for a mesma e não houver influência do resultado de um cavalo no resultado de outro, a estatística nos prova que a probabilidade seria a mesma e a resposta “tanto faz”.

No mercado financeiro, entretanto, as coisas não funcionam como no nosso cenário fictício das apostas em cavalos. Os ativos, via de regra, reagem de maneira e com probabilidades diferentes aos vários eventos do dia-a-dia. Além disso, movimentos de um influenciam de diferentes formas e com diferentes intensidades os movimentos dos outros. Diante disso, como é possível reduzir o impacto dessas incertezas nas carteiras de investimentos? A forma mais comum para reduzir o risco de um portfólio é a diversificação.

A diversificação é uma técnica de redução de risco e maximização de retorno através do investimento em diversos instrumentos financeiros que

reagem de diferentes formas aos movimentos do mercado. Em outras palavras, ter uma carteira composta por diversos ativos faz com que o risco diminua e a possibilidade de retorno aumente. A fórmula parece simples, mas não é. Montar uma carteira com ativos que sejam capazes de reduzir o risco do portfólio ao mesmo tempo em que aumenta a possibilidade de retorno requer alguns cuidados. Simplesmente aumentar a quantidade de ativos na carteira pode não trazer os benefícios da diversificação, e pior, pode prejudicar os resultados.

Em quais cavalos apostar?

Voltamos para o nosso turfe, onde as apostas estão prestes a serem encerradas. O apostador se depara com o seguinte dilema: em quantos e em quais cavalos apostar? Como os seleciono? Simplesmente pela minha intuição? Trazendo isso para a realidade dos investimentos, o gestor deve estar se perguntando: como monto meu portfólio? Quantos ativos minha carteira deve ter? Existe alguma forma de selecioná-los de forma a ter um portfólio menos arriscado e com maior possibilidade de retorno?

Diversos pontos devem ser analisados para responder essas perguntas: objetivos, horizonte de

investimento, propensão a risco, entre outros. A resposta a cada um desses pontos vai variar de investidor para investidor, mas um aspecto é comum: para que uma carteira se beneficie da diversificação, os ativos que a compõem devem possuir baixa correlação. Diversificar eficientemente a carteira não significa ter aplicação em diversos fundos ou instituições financeiras, mas sim em ativos que reajam de forma diferente às perturbações do mercado. Dessa forma, é essencial que essa carteira tenha ativos pós-fixados, prefixados e indexados a índices de preços, além de ações, investimentos em infraestrutura, ativos florestais, imóveis, entre outros. Ponderar esses ativos para montar um portfólio é uma tarefa árdua e trabalhosa, mas certamente os resultados serão compensadores.

Conclusão

A diversificação é uma importante estratégia de gerenciamento de risco que proporciona redução de volatilidade. Cabe lembrar, entretanto, que não há como eliminar o risco completamente. Quanto mais desafiadores forem os objetivos, maior será ser o risco assumido. O grande perigo não é assumir o risco, é assumi-lo sem conhecê-lo.



Juliana de Oliveira Duarte Ferreira
Procuradora do Estado de São Paulo, chefe da Consultoria Jurídica
da São Paulo Previdência

Tempo de efetivo exercício no serviço público.

Breve análise de uma das carências previstas para a aposentadoria voluntária no RPPS.



Até o advento da EC n. 20/1998 não havia grande dificuldade na verificação do preenchimento dos requisitos para a caracterização do direito à aposentadoria voluntária, em regra fulcrado na simples contabilização do “tempo de serviço”.

A Reforma Previdenciária, contudo, superou esse modelo de aposentamento, atrelando o direito em foco à exigência de um tempo mínimo de contribuição, a que agregou, além do requisito etário, as condicionantes relativas ao tempo de efetivo exercício no serviço público e ao tempo no cargo em que se dará a inativação.

Mesmo depois de 15 anos de vigência do novo sistema, percebe-se que a exegese do requisito referente ao tempo de “efetivo exercício no serviço público” ainda é tormentosa.

Nesse ponto, há dificuldade mesmo no delineamento do termo “serviço público” que, para fins de caracterização do direito à aposentadoria, não deve ser tomado em sentido amplo, conernente à natureza da atividade desenvolvida.

Com efeito, desde antes da aludida reforma, considerando que o direito à aposentadoria na seara do RPPS socorre somente os ocupantes de cargos efetivos, doutrina e jurisprudência vem se

orientando no sentido de que apenas o serviço público prestado no âmbito das pessoas jurídicas de direito público – União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas autarquias –, originariamente concebidas para agregar servidores admitidos sob o regime de cargos efetivos, há de ser admitido para fins de aposentação.

Opta-se, portanto, quando o assunto é aposentadoria no RPPS, pela acepção subjetiva do termo “serviço público”.

Fixado o sentido a ser conferido a essa expressão, torna-se necessário lembrar que, no dizer de Hely Lopes Meirelles, “é o exercício que marca o momento em que o funcionário passa a desempenhar legalmente suas funções”.

Sendo assim, infere-se que, ao exigir interstício mínimo de “exercício” no serviço público para aquisição do direito à aposentadoria voluntária, o Constituinte está determinando que o cômputo de tal período abarque somente o tempo em que o servidor desempenhou as atribuições inerentes à função pública.

Mas o Constituinte Reformador não se satisfaz em exigir mero “exercício no serviço público”, impondo que tal exercício seja “efetivo”.

Ora, sendo evidente que a Lei Maior se valeu dessa palavra em sentido comum, e o fez de modo eloquente, imperioso admitir que apenas o exercício real de serviço público poderá ser considerado para fins de satisfação da carência em estudo.

Assim, as normas infraconstitucionais que equiparam determinados dias não trabalhados a dias de efetivo exercício de serviço público não haverão de ser aplicadas para o cômputo do interstício necessário à aquisição do direito à aposentadoria no RPPS.

Ressalvados os afastamentos próprios de um ano de trabalho normal (férias, repouso semanal remunerado e feriados), e aqueles intimamente ligados ao exercício do cargo (dias de trânsito, afastamento para missão ou estudo de interesse público, ou para congressos e outros certames culturais, técnicos ou científicos), nenhuma forma de “exercício ficto” poderá ser admitida para tal propósito.

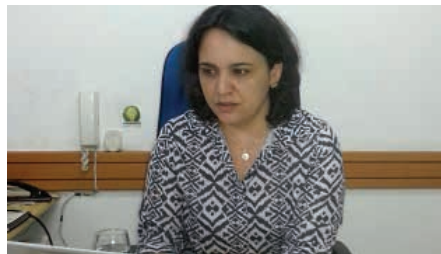
Em suma, o requisito de tempo mínimo no efetivo exercício no serviço público exige liame com a Administração Direta, suas autarquias e fundações públicas, bem como exercício real das atribuições inerentes a tal vínculo.



Um dos grandes estudiosos do tema RPPS acaba de lançar o livro: Previdência do Servidor Público, Regime Próprio e Comprev. Nelson Nery Costa é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e obteve o grau de Mestre, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, nas áreas de Direito Constitucional e Teoria do Estado. Pertence à Academia Longaense de Letras e é professor de Direito e defensor público. Parabenizamos pela iniciativa.



O ex-secretário executivo do Ministério da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, assumiu a pasta no lugar de Garibaldi Alves no novo governo Dilma. Servidor de carreira do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), volta a comandar o Ministério da Previdência, cargo que ocupou entre março de 2010 e janeiro de 2011.



À frente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Maceió (Iprev), a nova diretora-presidente do órgão, Fabiana Toledo Vanderlei de Azevedo, intensifica os trabalhos objetivando a modernização do Instituto. Entre outras inovações, está a proposta de adoção do modelo de gestão humanizado e participativo. Visando modernizar o Instituto, os processos de aposentadoria e pensão são enviados ao Tribunal de Contas em formato eletrônico, aumentando a segurança e a eficiência no envio das informações, além de viabilizar celeridade no registro destes benefícios. No tocante a humanização do Instituto, a meta é a implantação de plano de comunicação com os segurados, beneficiários e servidores, assim como ações que promovam a integração e incentivem a qualificação.



O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia (Iperon) assumirá direta e indiretamente todo o controle de concessão, pagamento e manutenção dos benefícios de aposentadoria e pensão dos segurados. Projeto de Lei Complementar trata da readequação dos dispositivos da Constituição de Rondônia para facilitar a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) emitido pela Secretaria de Políticas de Previdência Social. O certificado credencia o Iperon a cumprir todas as exigências da Lei 9.717 pelo RPPS do estado. Para apreciação do projeto em caráter extraordinário, o governo esclarece ser imprescindível o ajuste para o recebimento de transferências de recursos pela União, assinatura de acordos, contratos, e de convênios e ajustes. A medida credencia ainda o governo a receber empréstimos e financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta federais. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras da União e recebimento dos valores devidos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) ao Iperon.



A Manaus Previdência encerrou 2014 com um total de R\$ 651 milhões na sua carteira de ativos, valor 30% maior que o registrado em 2013, que fechou o exercício com R\$ 502 milhões em investimentos. É o melhor resultado do órgão desde 2011. "Os números são resultados de várias medidas adotadas por meio da nossa política de investimentos, entre elas, a segregação de massas e uma gestão mais ativa do Comitê de Investimentos, que acompanha o desempenho do mercado financeiro", explicou o diretor-presidente do órgão, Marcelo Magaldi. E para 2015, a previdência do município quer garantir resultados ainda melhores. Para isso, contratou um escritório de advocacia especializada em várias áreas, inclusive a previdenciária, que atua nas partes contenciosa e consultiva, defendendo os interesses dos clientes nos âmbitos administrativo e judicial e elaborando pareceres jurídicos. O investimento no escritório foi necessário para a autarquia tentar resgatar os recursos aplicados em bancos que foram liquidados ou que sofreram intervenção do Banco Central em 2011 e 2012.



À convite do secretário Antônio Paulo Vogel, de Gestão Administrativa e Desburocratização, o carioca Roberto Moisés dos Santos assume a presidência do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal. A nomeação se deve à afinidade de pensamentos e realizações vivenciadas por ambos na estruturação do RPPS que hoje é tida como referência, o Rio Previdência. Roberto é graduado em Engenharia e em Administração com MBA em Previdência. Na sua apresentação destacou assunto que todos têm conhecimento: Os desafios a serem enfrentados pelo IPREV/DF. Em relevância as três grandes situações a serem sanadas para impulsionar a força que é exigida de um segmento como o da previdência dos servidores públicos, autonomia administrativa de gestão; Quadro permanente de profissionais; Centralização dos benefícios previdenciários. Roberto disse que manterá nos cargos os profissionais atuais e faz questão que cada um reconheça seu papel. "Trabalhar em equipe para crescer e ser referência nacional, ao cumprir a missão, pagar o que é devido, da forma certa e com o controle, essa é nossa filosofia de gestão".



Problemas de má gestão ou cenário econômico desfavorável causaram, apenas no último biênio, prejuízo de mais de R\$ 40,3 milhões a cofres de municípios do interior do Ceará. O rombo teria ocorrido a partir de fundos de previdência de cidades que adotaram regime próprio de aposentadoria de servidores. Possíveis atos de má fé são investigados pelo Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e já motivaram 42 ações da Corte a gestores. Ao todo, 40 dos 57 municípios cearenses que possuem previdência própria foram vistoriados. A auditoria constatou rendimentos negativos totais de R\$ 40,3 milhões. “O grande número de municípios que estão fazendo previdência própria já vinha nos preocupando, até porque gerir isso não é fácil. Depois que saíram notícias de corrupção envolvendo depósitos de fundos de previdência para aquele doleiro, o Alberto Yousef, resolvemos investigar”, diz o presidente do TCM, Francisco Aguiar (foto). Segundo ele, erros comuns vão desde aplicações ilegais até extratos irregulares e que existem “casos extremamente graves e suspeitos”. “Teve prefeito que pegou empréstimos da previdência para pagar folha de pagamento, com juros módicos e parcelando em até 70 vezes”.



O ex-prefeito de São Luis do Quitunde, Cícero Cavalcante, está sendo alvo, mais uma vez, de nova ação de responsabilidade por atos de improbidade administrativa com ressarcimento ao erário. Dessa vez, ele é acusado pelo Ministério Público Estadual de Alagoas de praticar irregularidades no Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de São Luis do Quitunde, tendo causado um prejuízo de mais de R\$ 7 milhões aos cofres daquele Município.

Em auditoria realizada pela Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, o órgão federal constatou diversas irregularidades cometidas durante a gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de São Luis do Quitunde no período de janeiro de 2009 a agosto de 2013. Cavalcante está sendo demandado nessa ação porque exerceu o cargo de prefeito de São Luis do Quitunde no período de 18/12/2009 a 04/10/2010, e posteriormente, no período de 01/06/2011 a 31/12/2012. Os demais gestores dos períodos diferentes dos já citados, também serão terão ações ajuizadas contra eles.



O Conselho Estadual de Previdência e o Fórum dos Servidores Públicos do Rio Grande do Norte apresentaram representação contra o Governo do Estado para tentar revogar a Lei de unificação dos Fundos. A representação destaca quatro pontos considerados ilegais no projeto e será apresentada ao Ministério Público do Estado (MPRN) e ao Procurador de Contas do Estado, Luciano Ramos. A ideia é a de que o MPRN ingresse na Justiça com uma Ação Civil Pública e os sindicatos subscrevam a ação. De acordo com Nereu Linhares, do Conselho Estadual de Previdência, a Lei aprovada pelos deputados estaduais e promulgada por Rosalba Ciarlini tem pelo menos quatro irregularidades. Um dos principais problemas é a falta de parecer favorável da Secretaria do Ministério da Previdência. “O Governo não encaminhou o projeto para o Ministério da Previdência. Além disso, não houve consulta ao Conselho Previdenciário do Estado”, contou. A falta de uma justificativa no projeto de lei bem como o desrespeito ao Regimento Interno da Assembleia Legislativa completam a lista de irregularidades.



As regras instituídas em data posterior à concessão da pensão não podem ser utilizadas no cálculo do benefício. Foi o que decidiu a 2ª Turma Recursal do Ceará ao apreciar o pedido de uma viúva para reajustar a pensão deixada pelo marido, que foi servidor do Ministério dos Transportes. O colegiado negou o acréscimo de 2% que a pensionista havia conseguido no juizado especial. O caso chegou à turma recursal por meio de um recurso proposto pela Coordenação de Atuação nos Juizados Especiais da Procuradoria da União no Ceará, vinculado à Advocacia-Geral da União. Segundo o órgão, o valor que a pensionista recebia antes da sentença estava correto porque o cálculo da gratificação foi feito com base na legislação aplicada no ano em que a pensão fora concedida — no caso: 1984, quando o marido da autora morreu. O Estatuto dos Servidores em vigor na época (Lei 1.711/52) previa aumento de 5% no salário a cada cinco anos de efetivo exercício. A gratificação era chamada de anuênio. Depois de trabalhar por 25 anos, o

marido da pensionista passou a receber 25%. Ele morreu dois anos depois de obter o benefício e a pensão instituída para a viúva manteve a porcentagem para o cálculo da gratificação. No entanto, ela conseguiu a revisão desse valor com aumento para 27% com base em uma interpretação da Lei 8.112/90, que substituiu o antigo Estatuto dos Servidores. A norma mudou as regras do anuênio e o reajuste passou a ser anual, de 1%. Para a pensionista, os dois anos a mais de serviço do marido deveriam ser contados para o cálculo da gratificação. Mas os advogados públicos alegaram sob que somente os servidores que ingressaram na carreira depois que a norma entrou em vigor teriam direito ao reajuste anual. A turma recursal acolheu o argumento. Na decisão, o colegiado explicou que a “aplicação de legislação posterior viola o princípio da irretroatividade das leis”. O reajuste de 1% anuais, previstos na Lei 8.112/90, foi extinto em 1999 e não é mais aplicado aos servidores públicos da ativa que ingressaram na carreira após esse período.

Vale a reflexão!

FATOR PREVIDENCIÁRIO NO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL?

Com a divulgação pelo IBGE da Tábua de Mortalidade Brasil 2013 em 01/12/2014 vem à tona mais uma vez toda a polêmica que circunda o notório Fator Previdenciário, doravante FP.

Fazendo uma recordação histórica, o FP surgiu em novembro de 1999 quando do advento da Lei nº 9.876, atuando quase sempre como um redutor do valor do benefício de aposentadoria do segurado, numa tentativa do Governo Federal de diminuir a crescente necessidade de aportes para cobertura do déficit da Previdência.

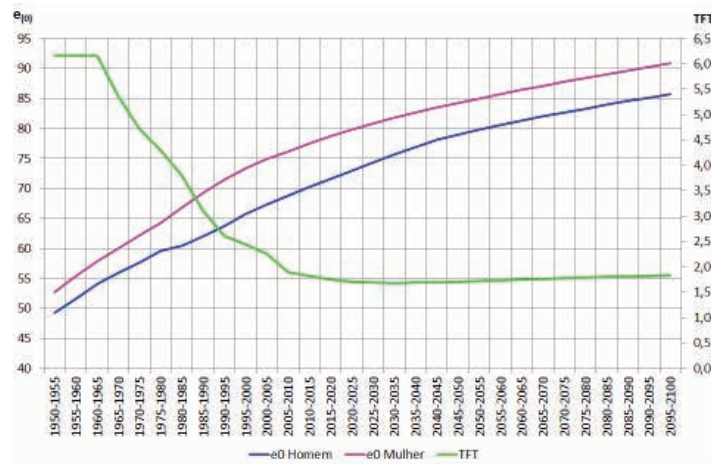
Dentro dessa evolução histórica e de projeções para o futuro é importante destacar o contínuo e constante envelhecimento da população brasileira, ocasionado pelo paulatino aumento da longevidade das pessoas e principalmente e mais intensamente pela queda da fecundidade das mulheres.

Essas mudanças inerentes ao fenômeno da Transição Demográfica alteraram a razão de contribuintes/beneficiários do INSS, de aproximada-

mente 30 para 1 na década de 1940 para quase que 1 para 1 nos dias atuais. Como esse instituto é financiado na ótica da Repartição Simples, ou seja, os ativos financiam o pagamento dos benefícios dos aposentados e pensionistas, temos hoje em dia um grande descompasso entre tudo aquilo o que é arrecadado via contribuição previdenciária e tudo aquilo o que é gasto com o pagamento dos benefícios. O REF_Ref406490034 \h * MERGEFORMAT Gráfico 1 a seguir apresenta a evolução da e0 e da TFT de 1950 até os dias atuais e projeções até 2100.

Gráfico 1
Evolução da Expectativa de Vida ao Nascer (Homens e Mulheres) e da Taxa de Fecundidade Total no Brasil – 1950-2100

Fonte: World Population Prospects 2012



A partir da constatação empírica da evolução do déficit do RGPS ao longo das décadas foi criado pela citada norma o FP para as aposentadorias por Tempo de Contribuição e por Idade (sendo opcional a sua utilização neste segundo caso), como alternativa para a mitigação do crescente aumento do passivo descoberto deste regime, que faz com que cada vez mais recursos do Governo Federal sejam direcionados para o equilí-

brio das contas, recursos estes que poderiam estar sendo investidos em diversas outras políticas públicas como saúde, educação e infraestrutura, por exemplo.

Apresentado sob a forma de equação matemática, o Fator Previdenciário tem 4 (quatro) variáveis em sua fórmula: o tempo de contribuição (TC), a alíquota de contribuição constante (a) (equi-

valente a 0,31 ou 31%, que corresponde a 20% de contribuição patronal mais 11% de contribuição do empregado), a expectativa de sobrevivência (ES) no momento da aposentadoria (atualizada anualmente pela nova tábua de mortalidade) e a idade no momento da aposentadoria (ID). A fórmula do FP possui a seguinte característica (Com cinco anos a mais no TC das mulheres e dos professores e dez anos a mais no TC das professoras)

$$FP = \frac{TC \times a}{ES} \times \left[1 + \frac{(ID + TC \times a)}{100} \right]$$

Se dependesse da vontade deste atuário, os atuais 5.570 municípios brasileiros já teriam implementado o seu RPPS e não apenas os 2.024 existentes (Fonte:MPS), representando apenas 36% do amplo potencial desse mercado. Como se já não bastassem as diversas vantagens existentes em se sair do RGPS e criar um RPPS, existem infelizmente os casos dos "RPPS em Extinção". Se-

gundo dados disponibilizados pelo MPS existem atualmente 130 ou aproximadamente 6% dos 2.024 existentes, nesta situação, que pretendem voltar à "era do FP" e do financiamento dos benefícios programáveis via "Regime de Caixa".

Agora comparando, por exemplo, os impactos no valor do benefício (VB) de uma pessoa

que se aposentasse em 01/12/2014 ao invés de 30/11/2014. A REF_Ref406602108 \h Tabela 1 apresenta o exemplo sobre um valor de R\$ 2.500,00 de benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, no caso feminino e masculino, para alguns tempos de contribuição (TC) e idades de aposentadoria (ID) selecionados.

Luciano Gonçalves de Castro e Silva
 Pesquisador / Demógrafo do IBGE. Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela ENCE/IBGE. Professor Colaborador da ENCE/IBGE, da UFRN e da Faculdade Damásio de Jesus. Graduado em Ciências Atuariais pela UFRJ. Atuário MIBA nº 1.116. Pós-graduado em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM/RJ). Perito Atuarial Oficial nº 3.597 nas áreas de Previdência, Seguros, Capitalização e Planos de Saúde. Especialização em Gestão Atuarial, Previdência Pública e Privada e Planejamento Estratégico. Consultor na área de Previdência Pública (RPPS) e Privada (Fundos de Pensão).



Tabela 1 – Impactos das Diferenças entre a aplicação do FP 2015 e do FP 2014

STATUS	TC*	ID*	VB CHEIO (R\$)	TÁBUA 2012		TÁBUA 2013		PERDA MENSAL (em R\$)	ES	PERDA DURANTE A SOBREVIDA (em R\$)	DIAS A MAIS DE CONTRIB. PARA IGUALAR O VB ANTERIOR
				FP 2014	VB EM 30/11/2014 (em R\$)	FP 2015	VB EM 01/12/2014 (em R\$)				
MULHER	30	55	2.500,00	0,705	1.762,50	0,700	1.750,00	12,50	331	4.137,50	85,2
	35	60	2.500,00	0,988	2.470,00	0,981	2.452,50	17,50	282	4.935,00	104,4
	40	65	2.500,00	1,390	3.475,00	1,378	3.445,00	30,00	234	7.020,00	127,0
HOMEM	35	60	2.500,00	0,857	2.142,50	0,851	2.127,50	15,00	239	3.585,00	92,1
	40	65	2.500,00	1,225	3.062,50	1,215	3.037,50	25,00	197	4.925,00	113,7

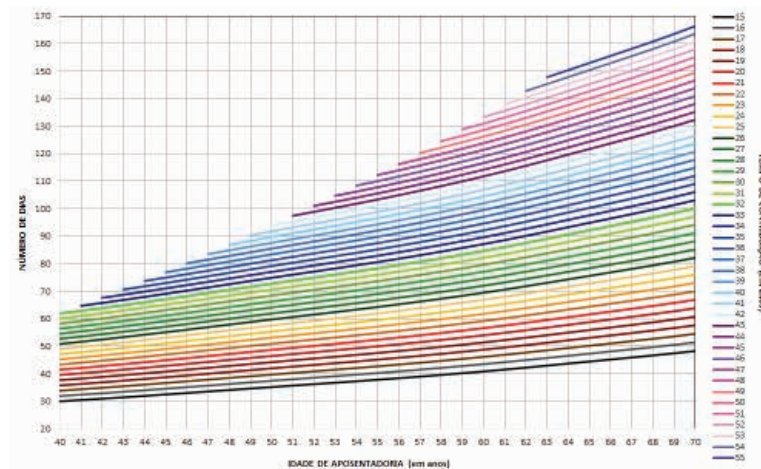
* em anos inteiros / ES = calculada em meses inteiros a partir da tábua de mortalidade IBGE 2013 masculina e feminina

Salvo por alguma mudança metodológica na construção/projeção das Tábuas de Mortalidade por parte do IBGE, é de se esperar um gradativo e paulatino aumento, ano após ano, da ES de homens e mulheres (e conseqüentemente para a população de ambos os sexos combinados), o

que faz com que os indivíduos tenham que contribuir cada vez mais para manter o recebimento da aposentadoria em 100% do valor devido, na ausência do Fator Previdenciário. Por exemplo, o REF_Ref406605025 \h * MERGEFORMAT Gráfico 2 apresenta a situação pontual (2014-2015)

do tempo de contribuição a mais (em dias) necessário para igualar o Fator Previdenciário de 2015 (menor) ao de 2014 (maior), considerando diversos cenários de tempos de contribuição (de 15 até 55 anos) e idade de aposentadoria (de 40 até 70 anos).

Gráfico 2
 Tempo de Contribuição a mais (em dias) necessário para igualar o Fator Previdenciário de 2015 ao de 2014



Conforme é notório, uma das grandes vantagens do RPPS com relação ao RGPS é a ausência do FP. Mas como já venho salientado em alguns dos trabalhos divulgados neste periódico, por conta de diversos fatores que foram agravando a situação da Previdência do Regime Geral (Demográficos, Estruturais, Históricos, Econômicos e Financeiros, dentre outros) uma iminente Reforma Previdenciária far-se-á necessária para que em um futuro muito próximo o sistema não entre em colapso (se já não estiver). Muito provavelmente as idades e tempos de contribuição mínimos para o requerimento do benefício de aposentadoria (por tempo de serviço, idade e compulsória) deverão aumentar, além da clara

necessidade de igualdade dos critérios de elegibilidades para o requerimento do benefício entre homens e mulheres, como em diversos países do mundo. Como o RPPS não pode conceder benefícios distintos do RGPS e os critérios para o requerimento desses benefícios são similares, também será afetado por esta reforma, que tem como grande objetivo a redução do déficit, o equilíbrio das contas e principalmente o atingimento do tão sonhado e almejado Equilíbrio Financeiro e Atuarial (EFA).

A extinção do Fator Previdenciário deverá voltar à agenda governamental em 2015, mas em termos de política não ousaria jamais afirmar se

realmente irá ou não ocorrer. Existe em paralelo também a proposta da substituição do FP pela chamada “fórmula 85/95”, que soma o tempo de contribuição à idade.

As situações apresentadas são meras propostas e/ou especulações sobre a matéria e a única certeza que efetivamente temos é que do jeito que está não dá para continuar e mudanças são pertinentes e necessárias. E se o Fator Previdenciário não for extinto e por alteração legal ele “caia de paraquedas” como instrumento redutor de déficit nos RPPS? Pode ser uma especulação apocalíptica, mas em se tratando de política ...



Conselhos Ativos x Passivos

A consolidação dos direitos sociais ainda enfrenta obstáculos, inclusive pelos que seriam beneficiados, os conselhos previdenciários e fiscais dos RPPSs podem ser exemplos desta afirmativa.

Para que ser conselheiro? O que o conselheiro faz ou deveria fazer? Como ser conselheiro? Conselheiros previdenciário ou fiscal? Há eleição ou indicação e quem indica? Remunerado ou não? São efetivos ou meros atores que interpretam personagens e assinam documentos sem entender das responsabilidades inerentes ao cargo? São questões que habitam os servidores e cidadãos quando deparados com este tema, que tecerei alguns comentários.

Há muito tempo a sociedade luta em busca de ter voz e vez, em constituições de diversos países alguns direitos vem sendo implementados e em 1988 o Brasil aprovou nossa última Constituição Federal, evocando em seus princípios os direitos a cidadania. Com este mesmo sentido outras

normas continuam ampliando-os, a Lei de Responsabilidade Fiscal, Acesso a informação, a Lei 9717/98 que baseia os RPPSs brasileiros, como também Resoluções do Conselho Monetário Nacional e outras do Ministério da Previdência Social, todas visando a participação de seus beneficiários nas deliberações e fiscalizações de seus Regimes de Previdência. Entretanto, deparamos com uma triste constatação: a falta de interesse de participar nas decisões administrativas ou de fiscaliza-las.

Estive um ano fora da gestão do RPPS em meu município, tive a oportunidade de vê-lo de fora, esta experiência mostrou-me a fragilidade dos conselhos. Durante quatro anos gerindo-o busquei a capacitação destes através de seminários, apre-

sentação de vídeos com especialistas em diversas áreas previdenciárias e econômicas durante as reuniões mensais, capacitação sobre dados contábeis antes da primeira reunião de conselho no início do mandato destes, possibilidade a participação em Congressos estaduais e nacionais. Considerando que estavam aptos a fiscalizarem e acompanharem a gestão, observei que durante a minha saída os conselheiros não conseguiram fazer com que nem mesmo as informações do portal na internet fossem atualizadas pela então administração, dificultando o acesso da sociedade a dados contábeis conforme determina a legislação. Desde o dia 30 de outubro estamos de volta, tendo a missão de encontrar mecanismos para evidenciar o poder de ser conselheiro e da necessidade de questionar de forma a proteger o seu próprio futuro.



Milton Moreira
Diretor Presidente do IPSOL, especialista em Gestão Previdenciária – UNIPE/TCE-PB e contador

Retorno aos questionamentos acima, aos servidores tanto em municípios grandes ou pequenos, dos estados de norte a sul, pelo que parece o tema previdência só é lembrado anos antes da aposentadoria, mas ainda assim, não há preocupação na gestão. A máxima de “é mais fácil reclamar” talvez seja a explicação para as origens dos escândalos com os recursos financeiros investigados pela Polícia Federal, expostos na mídia nacional. Vem a mente as manifestações populares em anos anteriores e que durante as eleições deste ano a renovação foi pequena, tanto nas casas estaduais como no congresso nacional. Durante os eventos me questionava se entre os participantes pelo menos um pequeno número teria acessado os portais de transparência, e se identificando algo irregular denunciaram ao órgão local competente. Pelo que percebemos com os resultados, os eleitos foram na maioria os mesmos, e “foi mais fácil falar”.

Você servidor que está lendo este artigo, sabe o que faz e como ser conselheiro de RPPS? Seus pares sabem? Caso uma das respostas foi negativa é preciso verificar onde está o problema, sim este é um problema. Um problema enfrentado em toda administração pública é a falha de comunicação, simples de resolver, mas que é preciso ter a vontade do gestor. Temos várias ferramentas, uma é a internet, volto a citar o “facebook”, sem custo, rápido, amplamente utilizado, talvez mais prático do que um mural ou ofícios circulares, pois em qualquer lugar e horário o servidor e todo cidadão pode conhecer as práticas de gestão, saldos, número de servidores ativos e inativos, despesas administrativas, repasses, lucros ou prejuízos nas aplicações, publicação do DIPR, DAIR, atas das reuniões dos conselhos, entre outros. Convido a visitarem facebook.com/ipsolpb. Também há ferramentas que possibilitam criar portais do instituto de previdência com baixíssimo custo de manutenção, além de outras “redes” que existem e que ainda venham a existir.

Lembram daquele servidor “cricri”, que além de servir ao público está sempre querendo informações? Este é “o cara” que ajuda, mostra o que está errado, o que faltou informar ou não está claro, seria um ótimo conselheiro se além de “moer”, participasse ativamente. Outro membro ideal é a oposição, assim o gestor demonstrará a transparência e que não tem nada a esconder, enfatizando a necessidade de convivência e que o RPPS é democrático em sua essência.

Tendo conhecimento do papel dos conselhos será necessário escolher em qual destes irá participar, previdenciário/administrativo ou fiscal, sendo assim verificará como se dá a escolha destes, por eleição entre os pares, ser membro

de alguma secretaria ou órgão, ou ainda, por indicação, são exclusivos para servidores efetivos, comissionados ou misto. Outro questionamento importante é quanto à remuneração, se estes estão defendendo seus próprios interesses tem direito de receber por este trabalho? Ou ser conselheiro já é um privilégio? Mas remuneração poderia ser um atrativo e com exigência de não poder faltar às reuniões, o conselheiro estará sempre participando dando a devida importância. Cada RPPS terá suas próprias necessidades.

Questão de extrema relevância está em ser Conselheiro Ativo e não “lagartixa”, que só balança a cabeça positivamente a favor do gestor atual. Questionar faz parte desta missão de ser conselheiro. Todos os servidores ali representados esperam que este fiscalize e oriente o gestor com o fim de consolidar financeiramente e garantir o futuro do servidor, quando chegar o tão merecido descanso, ou durante períodos de incapacidade laboral. Para exercer a atividade plenamente se faz necessário a capacitação contínua, pois como fiscalizar se não há conhecimento de empenhos, licitações, processos de aposentadoria, quais demonstrativos ao Ministério da Previdência, valores razoáveis de contratação de serviços ou até mesmo, a real necessidade de contratá-los, pois contratar alguém para preencher formulários que deveria ser de responsabilidade dos servidores do RPPS é no mínimo estranho, bastando para isso troca-los. Ser sempre do contra e atrapalhar os serviços com problemáticas ínfimas ou partidárias também não é demonstração de efetividade e sim de falta de amadurecimento. Para muitas questões basta fazer constar em ata de reunião que tal falha deverá ser resolvida até a reunião seguinte, constando na seguinte a resolatividade ou não.

Temos ainda o caso contado pelo mestre Osório Chalegre em palestras, onde em alguns municípios o personagem mais importante do conselho é o moto-táxi, pois é ele que vai de casa em casa dos conselheiros para pegar as assinaturas nas atas das reuniões, parece ser brincadeira, mas no fim de 2013 enviei para o professor um empenho com a seguinte histórico: “Importância que se empenha para atender ao pagamento referente aos serviços de moto-táxi na coleta de assinaturas dos conselheiros deste instituto”, o achado foi através de pesquisas que costume efetuar.

As aplicações financeiras devem-se ter a máxima atenção, a forma de constituição do Comitê de Investimentos com conselheiros certificados CPA-10 ou outro equivalente pode diminuir consideravelmente riscos (Portaria 440 MPS, de 09/10/2013).Pelo que parece o Ministério da Previdência vem fazendo vista grossa para esta

norma criada pelo próprio, a explicação pode ser bem simples, a falta de condições para que a maioria dos RPPS tenham em seu quadro estes profissionais.Em conversa informal com o atual Secretário de Políticas Previdenciárias Social, Benedito Brunca, durante o Congresso em João Pessoa-PB, falei desta dificuldade no estado da Paraíba, com a resposta que MPS estava fazendo um levantamento deste tema em todo o território brasileiro. Minha sugestão é que da mesma forma que foi dado prazo para certificação dos gestores de acordo com o ativo, com a mesma regra de ativos de cada instituto seria dado o prazo para que a maioria de seus membros estejam certificados, entretanto acompanhando se está havendo capacitações para este fim. Para observarmos esta problemática basta que verifiquemos nos RPPS estaduais, quais deles cumprem esta determinação. Podemos destacar neste sentido o RIOPREVIDÊNCIA com a Escola de Educação Financeira, sendo esta exemplar, AGIP com os cursos CPA-10 e 20, ACIP, APEPREM, AMM, AEPREMERJ entre outras, que tentam facilitar seminários, não obstante os próprios municípios podem entrar neste bom combate.

A conscientização cidadã dos servidores é ponto essencial, para tanto, o tempo e exemplos positivos deverão amadurecer toda a sociedade. Devido a alternância de poder, em busca de melhores alternativas, as vezes a sociedade é enganada e torna gestor um exemplar que dilapida o patrimônio público, tentando tirar a voz que lutamos para conquista-la, em alguns momentos gestores ditadores, perseguidores, irão atrapalhar com suas políticas de troca de atos por cargos e gratificações, são praga para sociedade ontem, hoje e amanhã.

Para consolidar os Regimes Próprios de Previdência Social a transparência é um dos melhores meios, não somente com a coisa pública mas em toda nossa vida, o que temos a esconder se agimos na moral e na legalidade, também nas associações, entidades públicas, sem fins lucrativos, se seus gestores não aceitam dar transparência de seus atos, algo há. Temos que nos orgulhar de nossos atos, “palavras são palavras”, as escrituras podem salvar mas sem atitude orações ficarão ao léu, e “mentir pra si mesmo é sempre a pior mentira”. Campanha valorosa é o da CGU contra pequenas corrupções e “dinheiro público é da sua conta”. Lembremos que somos espelhos para nossos herdeiros, portanto devemos pensar se este é o legado que queremos deixar, fazer o bem não faz mal a ninguém. O acompanhamento da gestão de forma responsável fará toda diferença.

A portrait of a middle-aged man with grey hair, wearing glasses, a dark grey suit jacket, a white shirt, and a grey patterned tie. He is looking directly at the camera with a slight smile. The background is a blurred outdoor scene with green foliage.

2º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS

Visando fomentar a discussão acerca da importância do Conselheiro nos Institutos de RPPS, foi realizado pela ABIPEM o 2º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS, de 5 a 7 de novembro em Brasília, reunindo cerca de 400 participantes para alegria do presidente Correinha.

Foto Eliandro Figueira



O presidente da ABIPEM, Correinha, fez a abertura do evento

Fotos: Assessoria ABIPEM / Com informações da Assessoria da ABIPEM

Com o objetivo de sistematizar o conjunto de temas no sentido de estimular o processo de governança corporativa dos RPPSs do Distrito Federal, de Estados e dos Municípios e gerar uma maior interação e participação dos envolvidos na administração dos Institutos, o evento satisfaz em todos os sentidos.

Segundo o presidente da Associação, Antônio Correa – o Correinha, o congresso colaborou para a qualificação dos gestores, uma vez que propiciou a troca de experiências entre os participantes. “É sempre muito bom esses encontros, uma forma de aproximar as experiências boas e as ruins também, é um aprendizado de grande valia e a ABIPEM tem cumprido esse papel institucional de ajudar a aproximar as realidades de gestão através de eventos de sucesso como esse”, destacou.

O anfitrião do evento, Edevaldo Fernandes da Silva, presidente do IPREV/DF e também conselheiro da ABIPEM, destacou a maneira com que o Instituto dirigido por ele trabalha a participação dos Conselheiros na gestão. “Com foco nos controles e na transparência, a equipe de Conselheiros têm levado muito a sério a responsabi-

dade que lhes cabe em conduzir este segmento da sociedade que impacta na vida presente e futura de todas as comunidades governamentais e civis do nosso Brasil. Realizações como esta congrega a disseminação da realidade dos Regimes e o empoderamento que estes órgãos refletem nos demais, pela nobreza da responsabilidade da governança compartilhada”, afirmou.

Na oportunidade, o secretário de políticas de previdência social do Ministério da Previdência Social – MPS, Benedito Brunca, chamou a atenção dos conselheiros para o peso de responsabilidade de cada um. “Temos de garantir a governança de um município, ou estado, não ter continuidade no Regime Próprio é muito ruim, profissionalizar a gestão e dar continuidade é o caminho para o fortalecimento dos 10 milhões de segurados em RPPS no Brasil. Viver bem, em condições dignas, protegendo a si e a seus familiares, em momentos de vulnerabilidade, este é o propósito maior do segurado. E, os gestores têm que ter ciente a responsabilidade e a oportunidade de fazer a diferença, numa boa gestão.”

Representatividade

Segundo os organizadores, 27 estados brasi-

leiros, além do Distrito Federal, foram representados no evento com a missão de disseminar o conhecimento compartilhado.

Dentro da programação, destaque para a temática: Responsabilidade dos Gestores tratando o ponto de vista dos órgãos de regulação e supervisão dos RPPS: Ministério da Previdência Social, CVM e Tribunal de Contas.

O secretário Benedito Brunca deu uma verdadeira aula da complexidade dos regimes próprios. Abordou as perspectivas do Ministério e lembrou aos conselheiros que eles não detêm o poder e, sim a responsabilidade compartilhada entre todos os atores do sistema. Os segurados investem na esperança do futuro que é assegurado pelos RPPS, e isso requer maior capacitação dos gestores. Buscar treinamentos é papel dos conselheiros e dos demais profissionais na governança corporativa. Pois arrecadar somente não é o único passo para garantir o pagamento futuro, tem que acompanhar se os investimentos e as aplicações estão sendo adequados para atender os valores futuros, e isso requer conhecimento. As competências do Ministério da Previdência Social são de acompanhar, orientar,



supervisionar, estabelecer e publicar parâmetros gerais da Lei nº 9717/98. Os conselhos de administração ou de gestão do RPPS têm a competência de estabelecer os pontos estratégicos, o mapa do caminho, de onde estão e de onde querem chegar. Desenhar um plano definido e atualizado, sendo feitos os ajustes de acordo com a economia, com os fatos, de forma mais representativa e compromissada. Fazer os investimentos necessários, manter a vigilância e a fiscalização, principalmente, em momentos de transição como o que estamos vivendo. Estar atentos e evitar ser omissos. A solução de continuidade em cada transição deve ser em partes, para preservar e dar continuidade, de longa maturação”, enfatizou ao destacar a importância de ter servidores de carreira no Conselho fiscal, órgão importante que acompanha os números e tem interesse pessoal e coletivo no sucesso ou insucesso dos resultados das contas. Já em relação aos comitês de investimentos ele defende a exigência

de uma formação na área, ser servidor efetivo de cargos de livre nomeação e ter na base a certificação CPA 10.

Para Brunca, o regime de previdência trata de uma matéria árida, complexa, por isso a necessidade de capacitar a gestão, capacitar as lideranças e manter a boa reputação. Requer percepção e compressão para ter base segura de atuação para boas tomadas de decisão. Promover mais canais de capacitação como este em todo o território é um caminho, podendo ser ampliado para educação à distância.

Ele defende ainda que os conselhos devem ter uma atuação firme, autônoma e propositiva para o bom funcionamento dos órgãos. “Participar ativamente de ações estratégicas e trazer à luz toda a fundamentação. Construção de governança corporativa. Ter cuidados na escolha dos investimentos, analisando o panorama da indústria de investimentos, regulação, mo-

delo de previsão baseado em risco”, finaliza o secretário do MPS.

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais, Francisco Santos, abordou a importância do conhecimento dos conselheiros sobre a estrutura de investimentos no Brasil, a diligência na escolha, o monitoramento e o contato com a CVM. Entender a diferença do administrador e gestor. “O gestor é que tem capacidade de decidir em investir ou não. Pesquisar o perfil e histórico do gestor, por conta dos deveres de fidúcia. O administrador faz a controladoria de ativos e passivos, tesouraria, precificação, processamento de resgate, integralização. São 14.302 fundos, 11,2 milhões de cotistas, Patrimônio Líquido próximo R\$ 2,7 trilhões é a 6ª maior indústria do mundo, com um crescimento de 15,2% a.a. A CVM é uma das mais bem avaliadas no mundo. Estrutura legal da CVM, estabelece as suas competências. 100% dos fundos de investimentos são regulados no Brasil. O único fundo de investi-

mentos com lei regulamentar é o imobiliário. A CVM não tem competência para fiscalizar as normas de Previdência. A AMBIMA e a Bolsa de Valores são entidades de auto regulação e supervisão de melhores práticas, compatíveis com a CVM. Visitar o site da CVM para analisar o regulamento, fatos relevantes, performance dos fundos, é um direito e um dever os gestores acompanhar”, salientou ao afirmar que um dos pilares da CVM é a supervisão de 14 mil fundos.

Inácio Magalhães Filho, Presidente Conselheiro do Tribunal de Contas, tratou do complexo tema Responsabilidade dos Gestores e afirmou que a reputação é responsabilidade de ação. “Ao aceitar o encargo de conselheiro assume-se a responsabilidade sobre o RPPS diante à sociedade representada. O dever legal de diretamente fiscalizar os regimes próprios. O grande desafios dos gestores e examinadores é o conhecimento prévio do que tem que fazer e atender as regulamentações, não é fácil. Para a fiscalização dos Regimes Próprios, os conse-

lheiros são os co-gestores. E ser gestor eficiente é ser formal e material”, disse.

Vitor Paulo, presidente do Instituto de Certificação de Seguridade Social - ICSS lembrou que há um mundo em constante modificação. A pirâmide populacional e envelhecimento está se invertendo e gerir um fundo de previdência não é só gerir sistemas financeiro. “É lidar com vida, com anseios, com a vontade das pessoas. Qualificação e credibilidade é o mínimo que esperam de seus dirigentes para gerir seus recursos ao longo tempo. O ICSS atua na difusão da cultura de qualificação e está estruturado para aplicar exames de qualificação técnica, certifica e promove a manutenção. E acredita que a certificação é o caminho mais assertivo para os conselheiros de RPPS.”

Também foi discutido sobre questões que afetam o cotidiano dos Regimes Próprios e das entidades que atuam no segmento. Na perspectiva de governança das entidades, a presidente da ANAPAR, Claudia Ricaldoni, o membro da

comissão técnica nacional de sustentabilidade da ABRAPP, Acyr Xavier Moreira e o Conselheiro Fiscal da Vale, Marcelo Moraes, debateram as políticas previdenciárias e sua importância para o equilíbrio, sustentabilidade e desenvolvimento das entidades de previdência. Políticas: Atuarial, de Investimentos, de Governança, de Controles Internos e de Comunicação.

No encerramento do evento, a diretoria da ABIPEM abordou o horizonte dos RPPSs, os aspectos panorâmicos para os próximos anos e os desafios, onde a Associação pretende contribuir com os RPPSs para o enfrentamento dos temas relevantes, tratando dos principais aspectos, afetações, impactos e expectativas dos itens.

A realização desta segunda edição do Congresso da ABIPEM para os Conselheiros, em Brasília, consolida a premência no interesse dos gestores e parceiros na harmonização dos caminhos da qualificação e da responsabilidade compartilhada, pelo fortalecimento dos Regime Próprio brasileiro.



AGOPREM

O 1º Seminário de Previdência de Rio Verde e o 29º Seminário Regional de Previdência do Estado de Goiás foram realizados nos dias 06 e 07 de novembro em Rio Verde e foram um sucesso. Com programação variada e palestrantes gabaritados, os eventos superaram a expectativa dos organizadores, segundo Fagner, gestor do Instituto de Rio Verde.

Mais fotos você confere no www.revistaportalvip.com.br

Fotos: Divulgação APEPREM



Registro da comissão organizadora



As palestras atenderam as expectativas dos gestores



Narlon foi um dos palestrantes



Apresentações com um traço de goianidade



Evandro - da AEPREMERJ, Fagner e palestrante Franco de Brito



Os participantes gostaram do evento



Orquestra fez bonito



Fagner mostrou seus dotes artísticos e arrancou aplausos



Registro de mimos sorteados aos participantes



A abertura do evento foi prestigiada



Paulo, Fagner e Narlon - Ministério da Previdência



Manoel da Crédito & Mercado, Paulo - Chapadão do Céu e Fagner - gestor de Rio Verde

APEPREM

Associação paulista realiza 1º Seminário Temático de Previdência que aconteceu no Guarujá e foi um sucesso!

Nos dias 11 e 12 de novembro de 2014 a APEPREM – Associação Paulista de Entidades de Previdência do Estado e dos Municípios realizou o 1º Seminário Temático de Previdência em Guarujá/SP com uma programação variada. Foram temas dos dois dias de seminário: O equilíbrio financeiro e atuarial; Conceitos e aspectos fundamentais da análise do cálculo atuarial a serem observados pelo gesto; Reflexos sobre o equilíbrio financeiro e atuarial das reestruturações administrativas e acréscimos salariais; Aspectos dos registros e contabilização do cálculo atuarial e Cumprimento da meta atuarial dos investimentos.

Para a presidente da Associação, Guiomar de Souza Pazian, os resultados do evento foram satisfatórios.

Fotos: Divulgação APEPREM









A abertura do evento foi bastante prestigiada. Da esquerda para a direita: o juiz Marcelo Guerreiro, a presidente da ANEPREM Guiomar Pazian, o presidente do Camprev José Ferreira Campos, presidente da ANEPREM Heliomar Santos, Ministro do STF Luís Roberto Barroso, secretário de políticas públicas da previdência Social Benedito Brunca, presidente da APEPP Célia Emídio

14º Congresso Nacional de Previdência da ANEPREM e 1º Seminário ANEPREM/Associações Estaduais foram realizados de 24 a 26 de novembro em Campinas/SP, com muito sucesso.

A ANEPREM – Associação Nacional das Entidades de Previdência dos Estados e Municípios fechou 2014 com chave de ouro com a realização do 14º Congresso Nacional de Previdência e o 1º Seminário ANEPREM/Associações Estaduais, nos dias 24, 25 e 26 de novembro, em Campinas/SP, no Royal Palm Resort.

Com o tema: “A Previdência do Servidor Público como Política Pública de Estado”, a programa-

ção foi prestigiada por 500 participantes do Brasil todo e por grandes palestrantes e instituições. Na abertura do evento o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso ministrou palestra magna sobre a “Reforma da Previdência”, e com muito bom humor falou das variáveis complexas que envolvem as questões previdenciárias brasileiras, destacando os aspectos de interpretação do Direito na área. “O fato é que na vida, começar pelo básico não faz mal

para ninguém. Daí a minha opinião da importância de aprofundarmos as discussões da temática previdência do servidor público”, frisou ao enfatizar a preocupação quanto a preservação da dignidade humana, a justiça fiscal e a justiça intergeracional do sistema RPPS. “Em todos os países do mundo o equilíbrio entre esses valores e o equilíbrio das contas está no topo da agenda política, e no Brasil isso não deve ser diferente”, enfatizou.



Ministro Barroso arrancou aplausos ao falar sobre a previdência com bom humor

O Ministro destacou ainda quais ações relacionadas aos RPPSs o STF está promovendo. “O questionamento da unidade gestora única; a aposentadoria especial para casos de deficiência, para atividades de risco e insalubridade; o fundo complementar e o certificado de regularidade previdenciária”, disse Barroso.



O anfitrião deu as boas vindas aos participantes

Também na abertura do evento, o presidente da ANEPREM, Heliomar Santos, salientou a importância de se criar condições de qualificação dos gestores e demais envolvidos com a administração direta dos Institutos de previdência do país, e pontuou que congressos e seminários se mostram como essa oportunidade de melhoria do conhecimento. “Somos uma entidade nacional, representamos o RPPS e nos sentimos honrados em propiciar esse momento de troca de experiências, de aprendizado e motivação para mudarmos a rotina de gestão dos institutos para que tenhamos realmente uma previdência do servidor público forte e consolidada, cumprindo seu papel”.



Benedito Brunca foi atencioso com os participantes

Para o Secretário Brunca, participar de eventos realizados com o objetivo de ajudar a educar os que trabalham na gestão dos recursos previdenciários dos servidores públicos é motivo de honra. “Somos 10,5 milhões de servidores vinculados a mais de 2.050 institutos de previdência espalhados pelo país todo e eventos do porte deste realizado pela ANEPREM e Associações Estaduais ajudam a formatar o instituto de previdência que todos nós sonhamos: consolidado para realmente cumprir seu papel que é o de prover ao servidor público, no futuro, a tranquilidade para usufruir da tão esperada aposentadoria. Sem informação, educação não é possível termos institutos bem geridos, e essa é uma grande preocupação do Ministério da Previdência, precisamos ter todos os RPPSs bem governados”.

O evento foi marcado também pela consagração dos Institutos com melhor governança com o prêmio “Boas Práticas de Gestão”.



Registro de palestra mediada pelo jornalista global Sidney Rezende

O evento ofereceu uma programação de palestras e workshops variada. Dentre os vários temas discutidos, destacam-se: Cenário econômico e alternativas de investimentos para os RPPSs, ministrada pelo jornalista da Globo News, Sidney Rezende; Desafios e perspectivas de atuação do MPS junto aos RPPSs sob a responsabilidade de Benedito Brunca, secretário de Políticas Públicas do Ministério da Previdência Social – MPS; PASEP

– alternativas para desoneração dos RPPS com o mestre e doutor em Direito Previdenciário, Fábio Zambitte; A supervisão pelo MPS e o CRP: instrumentos essenciais para a sustentabilidade dos RPPS ministrada por Naron Gutierre, diretor do DRPSP/MPS; Participação de conselheiros na gestão dos RPPSs por Edevaldo Fernandes do IPREV-DF; Temas polêmicos na concessão e atualização de benefícios previdenciários ficou a

cargo de Fábio Souza – juiz federal; Novo DRAA – nova forma de gestão dos riscos atuariais dos RPPS foi tema defendido por Alex Albert do MPS; Auditoria e sustentabilidade previdenciária foi tema de Ricardo Souza do TCE/PE; Investimentos de entidades de previdência de RPPS ficou sob a responsabilidade do procurador do estado do Rio, Flávio Martins; Aspectos atuais e relevantes da aposentadoria especial com o juiz federal Marcelo Guerreiro; A contabilidade aplicada aos RPPSs no contexto da contabilidade pública nacional foi tema de Otoni Guimarães, auditor fiscal da Receita Federal; Previdência complementar do servidor público: experiências bem sucedidas por Jaime Mariz – secretário de política de Previdência Complementar; Na esteira do Sucesso com Franco de Brito; Separe uma verba para ser feliz foi tema de Mario Calil, dentre outros assuntos.

ANEPREM

A Revista RPPS do Brasil registrou vários momentos do 14º Congresso Nacional da ANEPREM.

Mais fotos você confere no www.revistaportalvip.com.br



Brunca, Herickson e Barroso

Antônio, Sandra, Paulo, Sinia e Marcijane



Bernadete, Cláudia, Carreinha, Vani e Dornival - Indaiatuba-SP



Cláudia e Ivani de Palhoca-SC



Débora e Valcinéa - Duque de Caxias-RJ



Cláudia, Josias e Osni de Indaiatuba-SP



Daniele e Maria Amélia de Camaragibe-PE



Fernando e Luís César da Riviera Investimentos



Um registro com representantes do MS



Elias, Denilson e Guaracy de Campinas-SP



Turma de Pernambuco. Augusto, Mirian, Eduardo, Emmanuela e Pablo



Fábio Zambitte, Ana Paula, Lucilene, Iliane e Heliomar



Gallego e Zico da AZLEGAN, Caroline - BRZ Investimentos



Franco com as diretoras da RPPS do Brasil, Ana Paula Vasconcelos e Iliane



Fagner da AGOPREM, Heliomar e Paulo



Fernando e Luís César da Riviera Investimentos



Gilmar, Mário, Gilson, Ciro, Renato e Daniel da CEF



Ministro Barroso e Hélio do MPS



Iliane, Felipe, Andressa, Evandro, Edmir, Ana Paula, Vinícius e Tiago



Marcos, Samir, Manoel e Danier do Banco do Brasil



Iacira, Luiz e Bernadete de Indaiatuba-SP



João, Rivaldo, Priscila e Sulivan da Geração Futuro



Iliane e Ana Paula com Heliomar



Sidney Rezende, Ivoneide e Nelma



Ismail da Infra, Rui da Geração Futuro e Ricardo da Infra



João, Marcos, Reginaldo, Laudicéia e Hanatiel
Dois Irmãos do Buriti-MS



Patrícia, Orlando e Camila e Belém-PA



Registro dos premiados na edição 2015 do Prêmio Boas Práticas de Gestão

Os melhores!

22 RPPSs do Brasil são consagrados com o Prêmio Boas Práticas de Gestão oferecido pela ANEPREM. O troféu é mais que um reconhecimento, é um estímulo à melhoria dos aspectos de governança nos Institutos de previdência dos servidores públicos.

Realizado pelo 5º ano consecutivo pela ANEPREM - Associação Nacional das Entidades de Previdência dos Estados e Municípios, o Prêmio Boas Práticas de Gestão Previdenciária conta com o apoio do Ministério da Previdência Social - MPS, da Revista Investidor Institucional - RI e da Revista RPPS do Brasil.

Com o objetivo de estimular as unidades gestoras de RPPS que desenvolveram boas práticas de gestão e que se dedicaram a otimizar seu desempenho, recuperar e garantir sua confiabilidade junto aos seus servidores, segurados, clientes, fornecedores e toda a sociedade, o Prêmio reconhece e premia gestores e unidades gestoras de RPPS, bem como o prefeito ou governador que mais desenvolveu práticas baseadas nos princípios da transparência, equidade, ética, responsabilidade corporativa e social.

Para o secretário da ANEPREM, Herickson Rangel, o Prêmio cumpre o compromisso de disseminar e estimular os fundamentos de excelência e de inovação em gestão pública que representem melhoria da gestão, do processo decisório,

da imagem institucional. "É uma forma de contribuímos para a construção de um sistema previdenciário perene e eficiente", destaca.

O Prêmio reconhece a competência de gestão de Institutos divididos em três categorias: Instituição de pequeno porte com até 2.000 segurados, de médio porte de 2001 até 5000 servidores e institutos de grande porte, acima de 5.001 beneficiários.

A festa de entrega do Prêmio foi marcada pela alegria e descontração dos convidados, que se prepararam para a ocasião com looks bem elaborados. Os organizadores do evento não pouparam esforços em oferecer um bufet caprichado e muito agito propiciado por uma banda. Agora é esperar para a edição 2015 do Prêmio, o qual promete ser ainda mais glamoroso e em terras goianas.

Confira os premiados, os quais parabenizamos pelo comprometimento e responsabilidade em gerir recursos previdenciários dos servidores públicos brasileiros.

GRANDE PORTE:

- ITABORAÍ/RJ - 1º LUGAR
- VITÓRIA/ES - 2º LUGAR
- PARANÁ/PR - 3º LUGAR
- PORTO ALEGRE/RS - 4º LUGAR
- NOVA IGUAÇU/RJ - 5º LUGAR
- CAMAÇARI/BA - 6º LUGAR

MÉDIO PORTE:

- CABEDELO/PB - 1º LUGAR
- CARIACICA/ES - 2º LUGAR
- CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE - 3º LUGAR
- JARAGUÁ DO SUL/SC - 4º LUGAR
- MOGI DAS CRUZES/SP - 5º LUGAR
- PINHAIS/PR - 6º LUGAR
- BIRIGUÍ/SP - 7º LUGAR
- ARACRUZ/ES - 8º LUGAR
- TIMON/MA - 9º LUGAR

PEQUENO PORTE:

- CONCÓRDIA/SC - 1º LUGAR
- TRIUNFO/PE - 2º LUGAR
- CAMPINA GRANDE DO SUL/PR - 3º LUGAR
- RIO NEGRINHO/SC - 4º LUGAR
- GOIANÉSIA/GO - 5º LUGAR
- SANTA FÉ DO SUL/SP - 6º LUGAR
- CRISTALINA/GO - 7º LUGAR

“ O Itaprevi em seus 24 anos de história nunca havia conquistado um prêmio de âmbito nacional, como aconteceu agora ”

Erica, gestora do Instituto de Itaboraí.



Fotos: Assessoria Instituto de Itaboraí

Erica Saraiva, gestora do Instituto recebendo o prêmio das mãos do presidente da ANEPREM, Heliomar

Itaboraí/RJ

O grande vencedor na categoria grande porte



Equipe do Instituto de Itaboraí

O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Itaboraí-Itaprevi foi o número 1 na categoria Grande Porte (com mais de 5 mil segurados). O Instituto que tem 24 anos de existência, nunca tinha ganhado o Prêmio.

O Prêmio Boas Práticas de Gestão em Regime Próprio de Previdência Social analisou, entre outros fatores, boas práticas baseadas nos princípios de transparência, equidade, ética e responsabilidade corporativa e social. Dentre a documentação examinada estavam aquelas relacionadas à política de investimento, publicação de atas dos Comitês de Investimento, Administrativo e Fiscal, capacitação de servidores, recadastramentos de inativos, envio aos segurados de boletins informativos, manutenção do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária em dia nos últimos doze meses, entre outros aspectos.

O prefeito de Itaboraí, Helil Cardozo, ao lado do vereador e ex-presidente do Itaprevi, Geraldo Saraiva, parabenizou a presidente da autarquia, Erica Saraiva, e toda equipe pelo trabalho de excelência à frente do Instituto.

Erica ressaltou o ineditismo do prêmio para Itaboraí. “O Itaprevi em seus 24 anos de história nunca havia conquistado um prêmio de âmbito nacional, como aconteceu agora. O fato de ter vindo de uma Associação séria e respeitada como a ANEPREM, só agrega ainda mais valor ao nosso trabalho. Em 2013, traçamos a meta de estar entre os melhores do Rio, e com muito trabalho e comprometimento chegamos onde nunca havíamos ido. Levar o nome da nossa

cidade, do Itaprevi para o Brasil é emocionante. É a convicção de que estamos caminhando no rumo certo. Desde que nos inscrevemos no concurso, houve uma união muito grande entre os nossos setores, cada um querendo contribuir com a parte que lhe cabia, e isso gerou uma interação saudável, de querer dar o melhor. Valeu a pena toda a inovação, aperfeiçoamento e profissionalismo para estarmos com esse título, até porque, o nível dos concorrentes era bastante elevado”, destacou Erica ao afirmar que, “esse prêmio gerou uma enorme satisfação entre os servidores, pois tiveram seu trabalho reconhecido, satisfação por parte dos beneficiários que já sentem grandes mudanças no Instituto e nos parabenizam. Para 2015 temos o desafio da implementação da segregação de massas, visando o equilíbrio financeiro e atuarial do Instituto pela Lei Complementar 195 de 19 de novembro de 2014”.

O Itaprevi tem em seu quadro 30 servidores dedicados a atender 5.281 servidores ativos, 853 aposentados e 218 pensionistas, além de prestar assistência médica a 3.782 servidores e seus dependentes; conta hoje com mais de R\$ 116 milhões de PL – Patrimônio Líquido, sendo o 8º maior RPPS em investimentos do RJ. Os recursos estão aplicados em 21 fundos, sendo 84% de renda fixa e 16% de renda variável. Apesar de 2013 e 2014 terem sido anos de muita volatilidade, o Itaprevi apresentou crescimento de 43,62% de seu patrimônio, fruto de repasses em dia da Prefeitura, do COMPREV e dos investimentos, que até outubro haviam obtido rendimento líquido de mais de R\$ 8.5 milhões.

De acordo com Erica, houve grandes mudanças em termos de gestão. De 2013 para cá, o Itaprevi implantou uma política de transparência total, o que nunca existiu. Hoje, tudo é registrado e o público em geral pode facilmente ter acesso a todas as ações através do site.

Foi modernizado o GED - Gestão Eletrônica de Documentos, que já conta com mais de um milhão de páginas digitalizadas. Foi criada a Reunião Tríplice dos Órgãos Colegiados, o que permite que as principais ações e tomadas de decisões do Instituto sejam deliberadas de forma conjunta com todos os membros, dando mais rapidez, transparência e dinamismo à reunião.

O Rio de Janeiro possui 92 municípios. Apenas 70 tem RPPS. Desse número, apenas dois prestam contas ao TCE e o Itaprevi é um deles.

Outras conquistas também merecem ser destacadas como a doação de um terreno pela Prefeitura de Itaboraí para a construção da sede própria do Instituto, além de em 2013 ter registrado uma economia de quase 2 milhões de reais da taxa administrativa.

Foram implantados os Programas Sociais no Itaprevi, a criação do programa mensal Maturidade Saudável, além de estar em sua 2ª edição o Seminário anual da Melhor Idade. Também merecem destaque o Natal Solidário e os passeios culturais com os aposentados e pensionistas, sempre com o objetivo de proporcionar qualidade de vida aos aposentados.



Procurador-Geral do Município, Cristiano Fonseca, presidente do Itaprevi, Erica Saraiva, vereador Geraldo Saraiva, vereador Zé Manel, presidente da Câmara de Vereadores, Marcos Araújo, prefeito Helil Cardozo, vice-prefeito Audir Santana durante posse da gestora.



A gestora Erica está feliz com os resultados do trabalho



Léa ficou em primeiríssimo lugar na categoria médio porte e recebeu o prêmio das mãos de Heliomar

Cabedelo/PB

Município é campeão nacional em governança previdenciária.

A união de esforços em prol de um objetivo comum surtiu efeito muito positivo em Cabedelo/PB. O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cabedelo – IPSEMC, criado a partir da decisão do então prefeito José Francisco Régis e do empenho de um grupo de trabalho que, durante dois anos estudou, pesquisou, realizou cursos, elaborou um anteprojeto de lei e promoveu discussões internas aprofundadas até consolidar o projeto de RPPS, o qual teve a participação da Secretaria de Administração e da Procuradoria Geral do Município, teve sua criação registrada em 23 de julho de 1993 pela LEI nº 687/93, a qual passou a vigorar em 28/07/93 - publicada no Diário Oficial do Estado - DOE. O tempo, o dia a dia, a Lei 9717/98 e a Emenda Constitucional nº 20/98

trouxeram a necessidade de adequação da legislação do IPSEMC, o que foi concretizado pela Lei nº 1000/2000 e, em 22/08/2008 foi atualizada e consolidada pela Lei 1.412/2008 e publicada no DOE.

Atualmente com 2.285 servidores ativos, 253 inativos e 79 pensionistas perfazendo um total de 2.617 beneficiários, o IPSEMC tem se consolidado para garantir um amanhã mais tranquilo aos servidores cabedelenses, o Instituto cumpre a missão de promover a gestão previdenciária dos servidores estatutários do Município de Cabedelo de forma ética, transparente e legal por meio de uma prestação de serviços voltada para a excelência.

Do ponto de vista de responsabilidade financeira, o Instituto está muito bem. Com dados inerentes a outubro/2014, e com base num perfil ainda muito conservador estão concentrados da seguinte forma:

SEGMENTO	%
IRF-M 1	70,93
IMA-GERAL	19,38
CDI	3,77
IDKA 2A	3,09
IMA=B	1,84
DIVIDENDOS	0,53
IRF-M	0,47



Graça, Fátima, João Thomaz, Ítalo, Euzo, Ângela e Léa Praxedes de Cabelede-PB



Os beneficiários participam de várias atividades



Equipe responsável pelo Instituto de Cabelede

Segundo a presidente Léa Praxedes, o Patrimônio Líquido – PL está em R\$ 73.930.271,08 (setenta e três milhões, novecentos e trinta mil, duzentos e setenta e um reais e oito centavos), dados de outubro de 2014. “Na verdade, estamos comemorando um crescimento considerável nos últimos nove anos, pois quando assumi o IPSEMC a reserva previdenciária era de pouco mais de três milhões”, destaca.

Realizações

O Instituto desenvolve várias ações e projetos, entre os quais: Planejamento Estratégico, Código de Ética; Programa de Educação Previdenciária contendo a Cartilha Previdenciária e respectivo Folder Informativo (envolvendo também Preparação para Aposentadoria; Manualização dos processos como um todo; Fluxograma de todos os procedimentos; Ações integrativas com os beneficiários em parceria com a Prefeitura como: hidroginástica, grupo de dança “VIVATIVA”, grupo de teatro, artes diversas reaproveitando, reciclando materiais; Música coral, educação física, sessões de Fisioterapia, atendimento psicológico, palestras nas áreas de finanças, saúde, entre outras; Cursos da Cozinha Brasil, celebração de datas comemorativas como: Dias das mães, Páscoa, Carnaval, São João, Dia dos Pais, Primavera, Aniversários, Natal, etc. Ainda vale destacar a capacitação dos servidores, comitês, conselhos; recadastramento dos ativos, inativos e pensionistas; Pesquisa de satisfação com os segurados para avaliar a qualidade da prestação de serviço; Ações sustentáveis contínuas como: coleta seletiva de lixo, utilização de papel reciclado para impressões e para fazer lembrancinhas comemorativas, ações de economia de água e energia. Plano de equacionamento de déficit

técnico; Convênio atualizado para COMPREV – Sistema de Compensação Previdenciária e dados cadastrais no SIPREV – Sistema de Modernização dos RPPS pelo MPS, dentre outros.

E todo empenho da atual diretoria do Instituto tem gerado resultados que são vistos como exemplares. Prova disso foi que Cabelede recebeu mais uma vez o Prêmio Boas Práticas de Gestão, oferecido pela ANEPREM, como primeiro colocado na categoria médio porte. “Esse prêmio chegou na hora certa. Este é o 5º ano que somos premiados. Quando esse prêmio foi lançado em 2010, inscrevemos o IPSEMC porque já vínhamos conduzindo essa Autarquia dentro de um modelo baseado em Planejamento Estratégico na busca incessante, exaustiva pela excelência no serviço público. Naquele momento o IPSEMC galgou o 5º lugar, o que já representou muito para nós mediante os problemas e variáveis externas que envolviam o ambiente de tarefas naquele momento. Em 2011, o IPSEMC veio para o 2º lugar. Em 2012, alcançamos o 2º lugar com nota de 1º, devido o critério de desempate utilizado pela Comissão Julgadora previsto no regulamento e por causa de muita ocupação não percebemos a possibilidade de recorrer, ficando em 2º lugar. Em 2013, chegamos vitoriosamente ao 1º lugar e, agora em 2014, não foi diferente, 1º LUGAR com a maior nota nacional. Uma vitória esplêndida, pois não é fácil chegar ao topo. É desafiador, mas gratificante. Deixamos claro, entretanto, que jamais foi nossa pretensão competir para “passar por cima de nenhum outro”. O motivo maior, o nosso grande objetivo foi inscrever o IPSEMC para tentar a busca da excelência nesse serviço, mesmo porque acreditamos que o serviço público deveria ser o que há

de melhor nesse país. O Brasil merece. A Paraíba merece! Cabelede merece! Enfim, esse prêmio levantou o nosso ânimo muitas vezes arrefecido por causa das muitas variáveis externas sobre as quais não temos o controle o que dificulta muito, todavia, participar do mesmo tem trazido um retorno positivo e esse resultado foi SENSACIONAL, ESPLÊNDIDO: até a nossa criatividade, disposição, fé, confiança, motivação, crenças e valores que defendemos foram aguçados de forma que estamos cheios de esperança no sentido de continuarmos lutando e conquistando a excelência na gestão previdenciária do nosso município. Enfim, é por demais desafiador. Agradecemos ao prefeito Wellington Viana, à nossa equipe, aos conselheiros, aos nossos beneficiários, segurados, previdenciários em geral e parceiros que acreditam em nós, em nosso trabalho e isso nos proporciona uma grande motivação, uma força motriz, um combustível que veio para recarregar nossa bateria e isto tem nos deixados felizes e realizados. Obrigada, Senhor Jesus por TUDO!”, ao destacar que os resultados obtidos ao longo dos últimos anos são frutos do esforço contínuo da equipe previdenciária. “A cada dia temos aprimorado os serviços que prestamos buscando inovações dentro de um sistema de gestão integrada baseada também no rigor legal e isso tem sido o nosso diferencial. Reafirmamos nosso compromisso de que os motivos que nos levaram a conquistar o 1º lugar no Prêmio serão cultivados, preservados e ampliados. Queremos ser cada vez melhores para os nossos beneficiários, para nossa Cabelede. Por fim, nossa gratidão eterna a ANEPREM pela oportunidade que tem proporcionado aos RPPS do país, objetivando conduzi-los à excelência”, finaliza a presidente.



Zeomar recebeu o prêmio das mãos do presidente da ANEPREM, Heliomar

Aracruz/ES

8º lugar na categoria
médio porte

Premiado como 8º Instituto com melhores práticas de gestão na categoria médio porte, o IPASMA - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Aracruz/ES é uma entidade autárquica, criada pela Lei Municipal nº 2.342, de 12 de fevereiro de 2001, e reestruturada pela Lei nº 3.297, de 09 de abril de 2010, com personalidade jurídica própria, a qual tem por objetivo assegurar recursos financeiros necessários à cobertura dos benefícios previdenciários para os servidores municipais titulares de cargo efetivo e de pensão e auxílio reclusão para seus dependentes.

Contando com 829 aposentados, 203 pensionistas e 2.531 servidores ativos, o IPASMA tem uma gestão focada no zelo ao patrimônio do Instituto, com o intuito de garantir um futuro tranquilo aos beneficiários. Os investimentos financeiros são realizados com base na Política Anual de Investimentos, com assessoria de profissionais do mercado financeiro e aprovada pelo Comitê de Investimentos, formada em sua maioria por servidores habilitados com a certificação ANBIMA CPA-10 e CPA-20.

O prêmio

Segundo a presidente Zeomar Segato, a participação do Instituto no Prêmio Boas Práticas de Gestão, realizado pelo 5º ano consecutivo pela ANEPREM, é um estímulo ao gestor de RPPS a desenvolver práticas de gestão que possam aperfeiçoar seus resultados e garantir confiabilidade junto aos seus servidores, segurados e segmentos da sociedade em geral. “O IPASMA presta serviços com eficiência de atendimento, credibilidade, respeito e responsabilidade social, aplicando ao máximo os princípios da transparência, equidade, ética, responsabilidade corporativa e social, administrando o patrimônio de forma a cumprir as obrigações previdenciárias atuais e futuras e contribuir para a gestão fiscal responsável do Município”, salienta Zeomar ao afirmar ainda que, “O Instituto implantou o conceito de valorização dos segurados em nossas rotinas de trabalho, utilizando recursos como palestras, preparação para a aposentadoria, atividades relacionadas ao dia do Servidor Público Aposentado, recepção e orientação aos novos aposentados. Outro diferencial é a conscientização dos conselheiros previdenciários quanto a sua responsabilidade administrativa e fiscal, através da participação em congressos e eventos em nível nacional”.

E no que depender da equipe de gestão do IPASMA, outros prêmios virão. “É com grande satisfação que recebemos esse resultado, pois é o reconhecimento do trabalho realizado pela nossa equipe, que consideramos pequena, porém comprometida no aprimoramento da gestão como um todo. O IPASMA vem buscando dia-a-dia fazer uma gestão compartilhada, com participação ativa dos conselheiros, proporcionando capacitação e dando transparência as suas ações, para garantir a confiança de seus segurados e demais segmentos da sociedade. Dedicamos essa premiação a todos que participam desta gestão, como os servidores, conselheiros, membros do comitê de investimentos e aos demais parceiros que indiretamente contribuem para o sucesso desta gestão”, finaliza a presidenta



A presidente Zeomar está feliz com o produtivo trabalho de gestão



A equipe se compromete com os resultados



Timon/MA
Município comemora gestão do IPMT
Prêmio é recebido pelo gestor
Robson Parentes



Reuniões são realizadas constantemente para tratar de melhorias na gestão do Instituto

Criado em 1993, através da Lei Municipal 1015/93, o Instituto de Previdência do Município de Timon – IPMT, na condição de autarquia, goza de autonomia financeira e administrativa. É responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência do Município, cujo público são os servidores efetivos do Município. Atualmente conta com uma sede própria, totalmente ampliada e reformada.

Atualmente, o IPMT conta com 2.200 servidores efetivos e 650 inativos, entre aposentados e pensionistas. Conta com Patrimônio Líquido - PL de aproximadamente 20 milhões de reais e o Instituto concedeu cerca de 90 processos, entre aposentadorias e pensões ao longo do ano de 2014. Para o responsável pelo Instituto, Robson Parentes, o Prêmio Boas Práticas de Gestão representa

uma conquista para todos os timonenses. “Este prêmio lança Timon no plano nacional de referência em previdência e viabiliza para o município a celebração de convênios de todas as naturezas. No Maranhão, apenas Timon, em todo tempo que existe este prêmio, foi selecionada. Nossas metas agora são para alcançarmos os primeiros lugares e, consequentemente, trazer mais desenvolvimento para os servidores públicos de nossa cidade. Ficamos muito satisfeitos em receber este prêmio, pois ele retrata todo o trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo desses dois anos de gestão. Tenho certeza que quem ganha este prêmio são os servidores efetivos do Município de Timon, pois terão a garantia de que poderão usufruir dos benefícios previdenciários com tranquilidade. O município também ganha, visto que com o prêmio e

a consequente regularidade, Timon está apta a celebrar convênios que só trarão melhorias para nosso município”, destaca Robson.

Desde o início de 2013, quando assumiu a gestão do IPMT, o presidente Robson, juntamente com o prefeito de Timon, Luciano Leitoa, adotam um modelo de gestão baseado em metas objetivas. Mensalmente ocorrem reuniões com todos os colaboradores do Instituto no sentido de planejar e organizar as ações, acompanhamento da execução e controle. Aliado a isso, são realizadas constantemente reuniões com as secretarias participantes no sentido de esclarecer e afirmar a importância das contribuições previdenciárias em dia para os servidores efetivos.



Lucilene recebendo com alegria mais um reconhecimento pelas mãos de Otoni

Concórdia/SC

Município conta com um Instituto sério e campeão. Primeiro lugar no Prêmio Boas Práticas de Gestão pelo 4º ano consecutivo

Atualmente conta com 1.610 segurados ativos e 239 aposentados e pensionistas. Para atendê-los dispõe de quadro de pessoal próprio, bastante enxuto, mas que desenvolve todas atividades, folha de pagamento, licitações, contabilidade, concessão de benefícios, perícias médicas, recadastramento, acompanhamento jurídico, gestão financeira, entre outros. Sua gestão é realizada em parceria com os Conselhos Administrativo, Fiscal e o Comitê de Investimentos. Conquistou a credibilidade de seus segurados pela forma de gestão implementada, transparente, participativa e mais próxima dos se-

gurados, investindo na formação previdenciária, priorizando o atendimento humanizado, de qualidade e a agilidade nos serviços prestados. O patrimônio financeiro do IPRECON era de 1 milhão de reais em 1999 e hoje ultrapassa os 82 milhões, devidamente aplicados no mercado financeiro, de acordo com a resolução do CMN 3922/2010. A Presidente/gestora financeira Lucilene conta com a Assessoria da SMIPrime de Florianópolis e com um Comitê de Investimentos 100% certificado. A carteira de investimentos possui atualmente 87% dos recursos em Renda Fixa, 5% em

Renda Variável e 8% em FIDC e Multimercados. A gestão é participativa, transparente e pautada nas análises de cenário. Busca a diversificação para mitigar os riscos e buscar a melhor rentabilidade, investindo em produtos criteriosamente analisados, buscando sempre as melhores opções, com todo zelo pela segurança. Sendo que as incertezas do cenário econômico atual exigem uma estratégia mais conservadora e uma gestão cada vez mais qualificada. Atingir a Meta Atuarial tornou-se um grande desafio nos últimos dois anos para os RPPSs.

Além de cumprir todas as obrigações de ordem legal, desenvolve um trabalho sistemático de valorização e integração com seus aposentados e pensionistas, com reuniões, passeios e palestras nas mais diferentes áreas de interesse do grupo. Com os ativos desenvolve formação previdenciária, reuniões com grupos específicos, estudos individualizados e prévias de aposentadorias. O IPRECON é referência no segmento. Prova disso são as premiações que o Instituto vem recebendo. Primeiro lugar no Prêmio Boas Práticas de Gestão de RPPS pelo quarto ano consecutivo. É por isso que o IPRECON integra o GT - Grupo de Trabalho criado pelo Ministério da Previdência Social. O GT desenvolverá estudos voltados à modernização da Gestão dos RPPS e definirá critérios de governança voltados à certificação institucional de qualidade e à modernização da gestão dos Regimes Próprios. E de acordo com o Diretor-Geral do Departamento de Regimes Próprios, Narlon Gutierrez Nogueira, que também faz parte do Grupo. "A escolha dos repre-

sentantes se deu pelo nível de gestão que vem sendo desenvolvido nestes Institutos", destaca a presidente Lucilene ao afirmar que "participar do Prêmio é uma grande satisfação, pois é a oportunidade de mostrar o nosso trabalho, de avançar no processo de gestão, pois a cada ano procuramos melhorar os mecanismos de controle, os níveis de transparência, aumentar o grau de comprometimento do grupo e o envolvimento dos segurados. O Prêmio tem parâmetros bem definidos, visa melhorar as práticas de Gestão, promover e aumentar a confiabilidade do Instituto em relação aos seus segurados. Estamos muito satisfeitos com o resultado, pois apesar da especificidade e do alto nível de exigências, o nosso trabalho vem evoluindo a cada ano", ressalta. Como diferenciais do Instituto, podemos citar: Planejamento das ações, procedimentos manualizados, controle interno, passivo atuarial reconhecido, repasses das contribuições sempre em dia pelo Ente Federativo. Atendimento hu-

manizado, conta com profissionais qualificados e comprometidos, atuando no Instituto e nos Conselhos. Comitê de Investimentos (5 membros) todos Certificados. E a Presidente do Instituto, servidora de carreira, tem especialização na área previdenciária e certificação ANBIMA CPA 20. A servidora Andrea Becker Ruschel da Silva fala da satisfação de fazer parte do Instituto. "Sou servidora pública municipal há 18 anos e estava afastada para tratar de assuntos particulares no intervalo de três anos. Uma das razões que fez com que eu retornasse ao quadro de servidores do município foi a existência do nosso Instituto de Previdência, o IPRECON. Ele me dá a garantia, através da sua gestão transparente e de credibilidade, de que eu vou ter um futuro de qualidade de vida e um futuro garantido e tranquilo para a minha aposentadoria. Parabéns IPRECON, parabéns gestão do IPRECON, parabéns a nós segurados ativos e inativos. Eu acredito!"



Equipe do Instituto sempre pronta para bem atender



Passeio na trilha com aposentados e pensionistas no parque de exposição



O Instituto tem sede moderna e funcional



Atividade de alongamento com aposentados e pensionistas



Zélia recebeu o prêmio das mãos de Ana Paula Vasconcelos



Gestora Zélia e prefeito Alcides comemoram importante conquista

Rio Negrinho/SC

Município se destaca no Prêmio Boas Práticas de Gestão através do IPRERIO

O IPRERIO é um Instituto de pequeno porte, porém sempre buscou informações, tecnologia e conhecimento para que o Instituto venha a se destacar e com isso obtenha resultados positivos. Para isso acontecer conta com o apoio do prefeito Alcides Grohskopf e também da Consultoria de Investimentos DMF, além do Comitê de Investimento, Conselho Administrativo e Fiscal,

pessoas muito comprometidas e com certificação CPA 10 obtida pela APIMEC. Embora reduzida, a equipe de trabalho do IPRERIO - Instituto de Previdência de Rio Negrinho - busca eficiência e se orgulha dos resultados obtidos. A partir de fevereiro, o IPRERIO estará de casa nova e acredita-se que em meados de fevereiro será feita a grande inauguração. "Nossa sede

conta com 700m², sendo três pavimentos, com várias salas para atendimento, auditório e elevador para melhor receber nossos segurados, e também para dar acessibilidade a todos que necessitam de cuidados especiais. O investimento nesta obra foi de R\$ 697.000,00 (seiscentos e noventa e sete mil reais)", informa a responsável pela gestão da entidade, Zélia Slabiski.



A sede do Instituto é funcional e atende o servidor oferecendo conforto



Bernadete, Luciene e Zélia do Instituto de Rio Negrinho

E para o ano de 2015, a atual diretoria está focada em novos projetos e espera superar todas as expectativas do mercado financeiro. “Temos nosso site, no qual publicamos tudo o que fazemos e também elaboramos a cartilha previdenciária que distribuiremos assim que inaugurarmos a sede nova. 2014 foi um ano bastante turbulento como é de conhecimento de todos, mas podemos dizer que fechamos o ano com bom resultado”, salienta Zélia.

O IPRERIO conta com um Patrimônio Líquido - PL de mais de R\$ 70 milhões, aplicados em várias instituições financeiras, diversificando sempre sua modalidade de fundos de investimento, mas com conservadorismo e buscando sempre investimentos que apresentem bons resultados com transparência, solidez e segurança, buscando sempre cumprir a legislação de acordo com as exigências do MPAS, Tribunal de Contas e todos os órgãos fiscalizadores. “Nosso município tem aproximadamente 1.200 servidores, entre suas autarquias. O Instituto prima pelo melhor atendimento ao segurado, tendo como diferencial dar prioridades ao servidor, colocando suas ações no site do Instituto, fazendo um horário

diferenciado para que todos tenham um atendimento especial, que possam ir até o instituto sem se preocupar em retornar ao trabalho. Ele cumpre seu expediente normal e depois do seu horário vem até o Instituto faz seu cadastro, tira suas dívidas, faz sua projeção da aposentadoria. Para aqueles que já se aposentaram, neste ano criaremos alguns projetos para que eles tenham um espaço para desenvolver algumas atividades e também ajudar outros servidores que já estão na fase de aposentadoria. Para o ano de 2015 temos como meta criar um Plano estratégico para nossos investimentos, acompanhar bem de perto as mudanças econômicas e de cenário e superar nossa meta atual”, frisa a presidente.

Para Zélia, o IPRERIO ter sido premiado com o troféu de Boas Práticas de Gestão é motivo de grande satisfação, “principalmente porque em junho de 2014 tivemos enchentes no município e não foi possível salvar muitos documentos, mas mesmo assim conseguimos ficar entre os melhores. Só o fato de ter o nosso esforço reconhecido, uma vez que diariamente estamos aqui batalhando, desempenhando várias funções ao mesmo tempo, nos orgulha muito e nos dá força

para cada dia que passa nos dedicarmos mais ainda. E para aqueles itens que não pontuamos esse ano, possamos fazer melhor no próximo e consigamos conquistá-los. Quero parabenizar os idealizadores deste projeto pela iniciativa, pois o prêmio, que é o reconhecimento de nosso trabalho, faz com que nós gestores, nos sintamos gratificados e no nosso caso em específico, por ser o segundo ano consecutivo.

E tenho orgulho de fazer parte desta equipe, fiz várias amizades, trocamos experiência e isso é muito gratificante, pois sabemos que os Institutos ainda são bastante carentes de informações e também de pessoal para trabalhar, pois nossa taxa de administração não comporta. Por isso dou a maior importância quando se trata de uma premiação assim. Nesta hora esqueço os problemas e dificuldades e busco focar ainda mais em meu trabalho, pois como já falei anteriormente, temos que desempenhar vários papéis dentro do Instituto, mas isso faz com que cada tarefa nova seja um novo desafio. Espero que em 2015 estejamos novamente no rol dos premiados”.



Tatiane Maria Cipriano Peixoto, Presidente do Funprevis



Equipe de trabalho do Funprevis durante Congresso Nacional de Previdência, ao lado do presidente da Aneprem, Heliomar Santos e tesoureiro da Aneprem, Herickson Rangel



Membros do Conselho Municipal de Previdência: Welton da Silva, Rodrigo Ribeiro, Divino Amarildo Silva (Presidente do CMP), Mariuza Rodrigues e Cleide Macena



Equipe de trabalho do Funprevis: Eliana Rosa (Diretora de Benefícios; Tatiane Peixoto (Presidente do Funprevis); Eliane Gomes (Zeladoria) e Daniela Gonçalves (Diretora Financeira)

Goianésia/GO Município recebe prêmio “Boas Práticas de Gestão Previdenciária”

Durante Congresso Nacional de Previdência promovido pela ANEPREM, a Presidente do Funprevis Tatiane Peixoto falou sobre o sonho de conquistar a excelência no serviço público; evento foi aberto pelo ministro do STF, Luís Roberto Barroso.

A Equipe Gestora do Funprevis, município de Goianésia-Goiás, participou em Campinas/SP, do 14º Congresso Nacional de Previdência da ANEPREM (Associação Nacional de Entidades de Previdência e Estados e Municípios) - considerado um dos mais importantes do segmento - e do 1º Seminário realizado pela Associação em parceria com Associações Regionais.

Na abertura do Congresso, o presidente da ANEPREM, Heliomar Santos, saudou os congressistas e abriu os trabalhos discorrendo sobre o tema central do evento: A Previdência do Servidor Público como Política Pública de Estado. Também falou sobre o reflexo do custo dos benefícios previdenciários nas contas públicas e a impor-

tância das mudanças estabelecidas nas reformas da Previdência na busca do equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS. “Tenho certeza que os conhecimentos trazidos no Congresso, pelos renomados palestrantes, com o apoio do Judiciário, do Legislativo e do Executivo, contribuirão de forma relevante para que a Previdência do Servidor Público seja verdadeiramente tratada como uma Política Pública de Estado”, disse, e agradeceu a presença de todos.

O encontro contou com a presença do ministro Luís Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal), que abriu as atividades com a palestra magna sobre a Reforma da Previdência. Na opinião do ministro, o sistema previdenciário envolve variáveis de grande complexidade, que incluem a preservação da dignidade humana, a justiça fiscal e a justiça intergeracional.

Palestraram também no evento importantes autoridades como Benedito Adalberto Brunca, secretário de Políticas Públicas da Previdência So-

cial; Sidney Rezende, jornalista da Globo News; o professor Fábio Zambitte, mestre e doutor em Direito Previdenciário; Narlon Gutierrez Nogueira, diretor do DRPSP/MPS; Fábio Souza e Marcelo Guerreiro, juízes federais; Alex Albert Rodrigues, coordenador-geral de Auditoria, Contabilidade e Investimentos – MPS; Ricardo Souza, do TCE-PE; Tiago Cunha, mestre em Economia e Gestor de Fundos de Investimentos; Otoni Gonçalves Guimarães, auditor fiscal da Receita Federal; Jaime Mariz de Farias, secretário de Política de Previdência Complementar; e Mario Calil, economista e consultor de Finanças.

A entrega do Prêmio Boas Práticas de Gestão em RPPS aconteceu no segundo dia do 14º Congresso. Com a premiação, a ANEPREM destaca as prefeituras, os institutos de previdência e os gestores que apresentaram os melhores resultados no segmento de Regimes Próprios, durante 2014. 34 institutos disputaram o prêmio, mas apenas 22 foram classificados. Seis são de grande porte, nove de médio e sete de pequeno.

Para a presidente do Funprevis, Tatiane Maria Cipriano Peixoto, “foi com muita alegria e satisfação que o Instituto recebeu a premiação, um avanço do RPPS de Goianésia”, tendo em vista que apenas dois municípios goianos foram classificados. “E representa também o início de um caminho de sucesso, a ser seguido por todos que priorizam a ética, a transparência e a responsabilidade em continuar com nossas ações diárias a fim de alcançar a eficiência no âmbito previdenciário do município de Goianésia”, finalizou. Ao apresentar o 5º Prêmio de Boas Práticas de Gestão, o tesoureiro da ANEPREM, Herickson Rubin Rangel, reiterou os “critérios de avaliação e de divulgação dos finalistas”. Ele fez parte da comissão julgadora, que contou, ainda, com a participação de Otoni Guimarães; do editor chefe da Revista Investidor Institucional, Luiz Leonel; e da diretora da Revista RPPS do Brasil, Ana Paula Vasconcelos.

O INSTITUTO

Em Goianésia/GO, a Lei Municipal nº 1.109 de dezembro de 1990, criou o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município – IPASEGO e no ano de 1993 foi inaugurada sua primeira sede na Rua 33, no Centro da cidade. Em 26 de abril de 2002 o Instituto foi extinto, transferindo o patrimônio pertencente ao IPASEGO para o FUNPREVIS – Fundo de Previdência Social do Município de Goianésia.

Em dezembro de 2005, por meio da Lei Municipal nº 2.380, de 09 de dezembro de 2005, foi feita adequação do RPPS estabelecendo as normas aplicáveis ao sistema de Previdência Social e às emendas Constitucionais vigentes, dando seguridade aos servidores titulares de cargos efetivos do Município de Goianésia e da Câmara Municipal de Goianésia, servidores inativos, pensionistas e dependentes.

O FUNPREVIS passou a ser administrado por uma Unidade Gestora desde a implementação da Lei Municipal nº 2.925, de 11 de janeiro de 2012, sendo que em junho de 2012 foi inaugurada a atual sede do Instituto situada na Avenida Mato Grosso nº 11 Centro, depois de uma parceria com o Governo Municipal que autorizou uma permuta entre a antiga sede e se tornou uma Unidade Gestora, intitulada como autarquia, podendo do ponto de vista financeiro e econômico apresentar-se a médio e longo prazo como uma solução bem mais interessante para os servidores públicos municipais, que podem fiscalizá-lo e fazer dele um modelo de Regime Previdenciário diferenciado. “Muitos foram os avanços, porém ainda temos muitas conquistas a serem alcançadas. Em relação à gestão, o que se cons-

tata é uma evolução significativa em relação à melhoria do conhecimento ou capacitação das pessoas, a partir de iniciativas individuais ou em razão do acesso às informações de forma mais direta, por intermédio dos congressos, seminários, cursos e publicações, emanadas de órgãos e setores interessados, além de exigências legais”, destaca Tatiane ao afirmar que “hoje contamos não apenas com o conhecimento e experiência, mas também com uma visão de gestão profissional, com controle, acompanhamento e principalmente planejamento”.

A UNIDADE GESTORA

A Equipe Gestora do FUNPREVIS possui quatro servidores efetivos do Município, sendo composta pelos seguintes cargos: Presidente, Diretoria de Benefícios, Diretoria Financeira e Zeladoria, que fazem a administração, gerenciamento e operacionalização, incluindo a arrecadação e gestão dos recursos, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previstos na legislação. A Unidade possui como órgão de deliberação colegiada e fiscalização o CMP – Conselho Municipal de Previdência; e o COMIN – Comitê de Investimentos do Funprevis, como órgão auxiliar que tem como objetivo assessorar a Diretoria Financeira nas decisões relacionadas à gestão dos ativos.

AÇÕES DA UNIDADE GESTORA

A Equipe Gestora tem por finalidade essencial consolidar as ações do RPPS, especialmente quanto à operacionalização dos respectivos planos de benefícios previdenciários nos termos das legislações pertinentes, abrangendo os servidores efetivos (ativos, inativos, pensionistas e dependentes) dos quadros do Poder Executivo e Legislativo.

A equipe valoriza o comprometimento com os segurados, na efetividade do atendimento, sendo oferecidos serviços tais como: contagem de tempo de contribuição e simulação para aposentadoria; concessão de aposentadorias e pensões; concessão de auxílio doença por meio de junta médica; concessão de licença gestante e/ou salário maternidade; concessão de auxílio reclusão; requerimento de abono de permanência; emissão de certidão de tempo de contribuição; recadastramento dos segurados; orientações diversas para os segurados; outras ações administrativas também fazem parte da gestão, sendo: compensação previdenciária; avaliação Atuarial; fiscalização e controle do patrimônio líquido; acompanhamento e supervisão do RPPS pelo MPS; cursos de formação para a Equipe Gestora e outros.

PATRIMÔNIO E INVESTIMENTOS

Do ponto de vista patrimonial, podemos destacar o crescimento das reservas financeiras ao longo de todos esses anos, contudo, há ainda muito que evoluir na formação do patrimônio do FUNPREVIS. Devido às instabilidades do cenário econômico do ano de 2013, atualmente o Comitê de Investimentos e o Conselho Municipal de Previdência optaram por mudar a estratégia no ano de 2014, alocando um maior percentual em renda fixa, retirando as aplicações dos fundos IMA-Bs e direcionando para fundos DI, pois seguem a variação da Selic, bem como manter aplicações em fundos IRFM-1, sendo estas aplicações na Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Na renda variável optou-se por permanecer apenas com o fundo BB Cielo, que vem se destacando no mercado de ações nos últimos anos e demonstra uma boa alternativa de diversificação da carteira, com ganhos acima de outros indicadores de renda fixa e renda variável.

IMPORTÂNCIA DO PRÊMIO

Para o FUNPREVIS, alcançar o 5º lugar na categoria pequeno porte no 5º Prêmio de Boas Práticas de Gestão Previdenciária, representa os avanços conquistados ao longo do tempo, juntamente com o esforço e o trabalho da equipe gestora feitos com muita transparência e responsabilidade, concretizando que estamos no caminho certo. A entrega do Prêmio Boas Práticas de Gestão em RPPS aconteceu no segundo dia do 14º Congresso Nacional de Previdência da ANEPREM, em Campinas-SP. Ao apresentar o 5º Prêmio de Boas Práticas de Gestão, o tesoureiro da ANEPREM, Herickson Rubin Rangel, reiterou os “Critérios de Avaliação e de Divulgação dos Finalistas”. Ele fez parte da comissão julgadora, que contou, ainda, com a participação do auditor fiscal do MPS, Otoni Guimarães, Luiz Leonel editor chefe da Revista Investidor Institucional e Ana Paula Vasconcelos, da Revista RPPS do Brasil. Para a Presidente do FUNPREVIS, Tatiane Maria Cipriano Peixoto, “foi com muita alegria e satisfação que o Instituto recebeu a premiação, um avanço do RPPS de Goianésia, tendo em vista que apenas dois municípios goianos foram classificados e representa também o início de um caminho de sucesso, a ser seguido por todos que priorizam a ética, a transparência e a responsabilidade em continuar com nossas ações diárias, a fim de alcançar a eficiência no âmbito previdenciário do Município de Goianésia”, explicou.



Cristalina/GO

7º lugar na categoria pequeno porte
Rosemeire recebeu a premiação das
mãos de Ottoni



A cidade se orgulha das riquezas naturais e também de uma previdência sólida

O Instituto de Previdência do Município de Cristalina/Goias – FUNCRISTAL foi criado através da Lei 1.091 de 01 de julho de 1992, reformulada pela Lei Complementar 01 de 15 de junho de 2007. O FUNCRISTAL responde pela totalidade dos pagamentos de aposentadorias, pensões, licenças médicas, salário família, de acordo com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais nº 20/98 e posteriormente 41/03 e 47/05 e toda a legislação pertinente à matéria.

A Gestão do FunCristal está a cargo de Rosimaire Attie desde março de 2011. Quando assumiu o Instituto, a gestora o recebeu com aproximadamente 8 milhões de reais em caixa, o que aumentou consideravelmente, tendo em vista que hoje o montante soma 28 milhões, sendo que 80% dos recursos do FunCristal estão investidos na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil, e os 20% restantes em títulos de aplicação. Os rendimentos ampliam mensalmente o valor em caixa tornando assim o FunCristal um dos fundos mais saudáveis do entorno do Distrito Federal.

Atualmente, a entidade conta com um total de

275 aposentados e pensionistas, sendo que somente o valor repassado pela Prefeitura Municipal já é suficiente para realizar o pagamento dos mesmos, tornando a aposentadoria dos servidores ainda mais segura.

Premiado pela primeira vez com o Prêmio Boas Práticas de Gestão, o FunCristal recebe com alegria esse estímulo. “Receber o Prêmio, sem dúvida foi um dos melhores acontecimentos desde que o Instituto foi criado, além de termos a certeza de que estamos fazendo o melhor por nossos segurados, ainda temos a sensação de dever cumprido, e isso com certeza nos motiva a buscar ainda mais a excelência para benefício de todos”, lembra Rosimaire.

A gestora ressalta que todo Instituto de Previdência tem suas regras e deveres a cumprir, porém isso estava somente na teoria quando assumiu a responsabilidade de cuidar do futuro dos servidores municipais de Cristalina. “Assumimos o compromisso de colocar em prática todas as regras de bom funcionamento, para tanto criamos a Cartilha Previdenciária e também o Código de Ética, partes fundamentais para se ter

uma gestão clara e dentro das normas de padrão previdenciário. Começamos também a realizar eventos, como o baile do aposentado, o qual acontece com o objetivo de propiciar interação entre os servidores e o elo entre o Instituto e o segurado”, destaca Rosimaire ao afirmar que para ela o principal diferencial de sua gestão é a ligação direta com o servidor, fazendo também com que surjam amizades duradouras”.

Servidora efetiva do município, Rosimaire diz que preside o Instituto com carinho e cuidado, porque dele também depende o futuro dela. “Na ocasião em que nos inscrevemos para concorrer ao Prêmio, dedicamos nosso tempo a fornecer da melhor e mais transparente forma todos os dados para que fosse avaliado, e quando recebemos a notícia da classificação foi motivo de grande festa, pois estávamos com a sensação de dever cumprido. Nossos segurados, mais do que ninguém, merecem esse reconhecimento, pois é por eles que batalhamos tanto para ter como resultado a melhor gestão do estado de Goiás”, finaliza.

Santa Fé do Sul/SP recebe prêmio de Boas Práticas de Gestão de RPPS como 6º melhor do Brasil



Ronaldo Salvini de Santa Fé do Sul-SP ficou em 6º lugar na categoria pequeno porte

“Para o nosso Instituto o prêmio reflete na realidade um trabalho conjunto e integrado de toda equipe com apoio incondicional do prefeito Armando Rossafa, a vice Elena Rosa e da equipe formada por Alessandra, Elio, Ellen, Evandro e Laurie, além dos Conselheiros Administrativo e Fiscal, Andressa, José Rollemberg, Luiz Antonio, Paulo Rogério, Alexandre, Fabiano e Larissa”, destaca o presidente Ronaldo Salvini.



REVISTA **RPPS** na mão! DO BRASIL

Informações, orientação e notícia do segmento de RPPS com comodidade. Receba a **edição impressa** em casa ou no trabalho ou a nossa **versão digital** no seu celular ou tablet.



64 3442 6963
8106 3838
8133 1707



 [revistarppsdobrasil](https://www.facebook.com/revistarppsdobrasil)

www.revistarppsdobrasil.com.br
contato@revistarppsdobrasil.com.br
anapaula@revistarppsdobrasil.com.br

15º Congresso Nacional de Previdência da ANEPREM

Deverá ser realizado no segundo semestre de 2015 em Goiás. Segundo os organizadores do evento, ainda não foi escolhido o lugar que sediará o Congresso, mas que estão sendo estudadas boas opções para receber os gestores e demais envolvidos no segmento de RPPS.

O fato é que Goiás tem fama de ser bom anfitrião. No que depender do apoio da Revista RPPS do Brasil, os congressistas poderão experimentar um pouco da receptividade dos goianos.





Raio X

O RPPS em Alagoas

Povoado por índios caetés, Alagoas é um estado rico pelas belezas naturais, pelo cultivo de cana de-açúcar e coco da bahia, pelo exponencial folclore e pela boa governança dos Institutos de RPPSs. E é esse cuidado com o futuro dos servidores municipais e estadual de Alagoas que estamos destacando no Raio X desta edição, esse belo Estado.





A gestora Célia está sempre imbuída de defender os servidores



O Fundo funciona neste prédio

Arapiraca

Criado através da Lei 1.812/1994 em 07 de janeiro de 1994, o Fundo de Previdência e Seguridade Social do Município de Arapiraca, é um porto seguro para 5.220 servidores ativos, 1.387 inativos e 342 pensionistas.

Inicialmente, os servidores estavam vinculados ao Regime Geral de Previdência Social e, com o advento da nova Constituição Federal, houve a migração dos servidores para o Regime Estatutário obrigando o ente a criar o Fundo de Previdência e Seguridade Social do Município - FUNDEPS, quando se passou a garantir os mesmos benefícios do Regime Geral.

Em 26 de dezembro de 2001, após a promulgação da Lei Federal 9.717, de 27 de novembro de 1998 que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social, foi instituído com a Lei 2.213/2001 o Regime Próprio de Previdência Social do Município garantindo deste modo um conjunto de benefícios aos servidores e seus dependentes.

Hoje, o Regime Próprio tem seu funcionamento nas dependências da Secretaria de Gestão de Pessoas, Patrimônio e Documentos no Centro Administrativo Antônio Rocha.

Administrado com responsabilidade e compro-

metimento, o Fundo está com Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP em dia até 13/06/2015, e a prefeitura cumpre, rigorosamente, o compromisso de efetuar o repasse em dia, contribuindo para o sucesso da gestão.

Para a presidente do Fundo, Célia Maria Barbosa Rocha, um dos diferenciais da atual administração é a implantação do cadastramento anual na data de aniversário, quando os servidores inativos e pensionistas são recebidos pela diretora para uma conversa informal, esse aspecto possibilita um melhor relacionamento entre os servidores e trabalha a auto estima dos beneficiários, que se sentem valorizados.

Além desse zelo para com o servidor, o Fundo desenvolve um projeto denominado “Preparação para Aposentadoria”, que é executado uma vez por ano através de encontro. “Nosso objetivo é promover a integração dos servidores aposentados e aposentandos,” salienta ao afirmar que ainda são realizados seminários sobre a dinâmica do RPPS e seus benefícios a todos os servidores.

Para o ano de 2015, a expectativa é das melhores possíveis. “Esperamos que o Fundo de Previdência seja transformado em um Instituto de Previdência, além de termos como meta o aprimoramento dos projetos existentes”, ressalta a presidente, que nasceu em Arapiraca, tem 60 anos e é médica pediatra. Mãe de três filhos: Daniel, Mariana e Natália e avó de Nayara, Gustavo e Gabriel, é filha do fundador do ASA, Antônio Rocha, e de Zélia Barbosa Rocha.

Iniciou a vida pública como secretária municipal de saúde, em 1985, quando implantou o SUDS – Sistema Único e Descentralizado de Saúde – construindo os primeiros cinco Centros de Saúde na cidade e humanizando o atendimento aos pacientes.

Foi vereadora por dois mandatos e a primeira mulher a presidir a Câmara de Vereadores. Conquistou dois mandatos como prefeita, governando Arapiraca de 1997 a 2004. Eleger seu sucessor, Luciano Barbosa, e em 2010 com mais de 120 mil votos foi eleita deputada federal com a segunda maior votação do Estado.

É conhecida por sua personalidade aguerrida, forte, corajosa e determinada. Mas é seu carisma, sua maneira simples de se relacionar com as pessoas que a tornaram umas das mulheres mais respeitadas e admiradas do Brasil. A mulher que redesenhou a história política, administrativa e social de Arapiraca.

E é esse estilo aguerrido e dedicado que Célia está adotando para administrar o Fundo de Arapiraca.



Geane e parte da equipe

Major Izidoro

Os servidores municipais de Major Izidoro contam desde 2002 com um Fundo de Previdência. Atualmente, a entidade atende a 591 servidores ativos, 176 servidores aposentados e 21 pensionistas.

O MajorPrev - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos de Major Izidoro-AL foi criado em 28 de junho de 2002, através da Lei nº 322/2002. Posteriormente, no ano de 2007 através da Lei nº 383/2007 de 21 de dezembro foi instituída a diretoria executiva do Fundo de Previdência, onde criou o cargo de diretor presidente, diretor administrativo financeiro e secretaria executiva, os quais formam a diretoria executiva.

A atual gestão nomeada em 02 de janeiro de 2013 encontrou o Fundo de Previdência sem CNPJ, sem Certificado de Regularidade Previdenciária-CRP, com uma fiscalização do Ministério da Previdência na pessoa de Adalberto Bandeira de Melo, auditor fiscal do MPS, onde verificou um débito no valor de mais de dois milhões de

reais, sendo que a atual gestão teve que optar por um parcelamento para minimizar a situação da unidade.

Atualmente, vigora no Município a Lei n.º 519/2014 que teve como principal mudança a transformação da natureza jurídica deste fundo previdenciário para Autarquia Municipal, dando maior independência ao RPPS.

O Fundo tem sido administrado com seriedade e tem conseguido melhorar o Patrimônio Líquido - PL. E devido a existência de alguns parcelamentos, o PL investido é de 799.852,42.

Segundo a responsável pela entidade, a advogada Geane de Brito Sequeira, o CRP - Certificado de Regularidade Previdenciária não está em

dia desde 23 de novembro de 2014 em virtude de atraso de algumas informações, no entanto a equipe executiva já está tomando as medidas cabíveis para regularização do mesmo.

Em relação a questão de repasses por parte da Prefeitura Municipal, no início da gestão da prefeita Maria Santana Mariano Silva Campos foi realizada auditoria através do Ministério da Previdência Social - MPS, onde se constatou a existência de débitos não honrados pelos ex-gestores do município, que culminou na necessidade de adotar diversas providências ao longo do período de um ano e cinco meses com o fito de alcançar a emissão do CRP, especialmente com a formalização de parcelamento dos valores levantados pela fiscalização do MPS. Diante disto, o Município de Major Izidoro atualmente, se encontra adimplente com os repasses das contribuições previdenciárias de seus servidores.

A gestora afirma que o Instituto tem sido administrado com foco na transparência da gestão e na administração dos recursos do fundo, no atendimento pessoal aos segurados, realização de reuniões com as entidades representativas do município, participação em seções plenárias na Câmara de Vereadores do município, pontualidade no pagamento dos segurados, celeridade e eficiência na tramitação dos processos administrativos concessórios, regularidade e eficiência da junta médica no atendimento pericial e existência de profissional habilitado com CPA-10.

E o Instituto, visando beneficiar diretamente os servidores, tem realizado projetos e ações como seminários para os servidores públicos a fim de melhorar a saúde laboral do servidor, promoção de eventos desportivos e de lazer para os aposentados. Existe ainda o programa de atendimento domiciliar aos beneficiários e servidores municipais com o objetivo de levar informações que os auxiliem a esclarecer dúvidas sobre a legislação previdenciária.

Para 2015, a administração do Fundo espera conquistar melhorias. "Queremos a renovação do CRP para que o município de Major Izidoro receba recursos provenientes da União e se habilite a captar recursos e mais convênios para investir em melhorias no município; e atualizar o banco de dados dos servidores ativos do MajorPrev", destaca Geane, bacharela em Direito formada pela faculdade CESAMA, pós-graduada em Direito Previdenciário, presidenta do Majorprev desde 02 de janeiro de 2013, e que desde então vem desenvolvendo os trabalhos com a equipe profissional do MajorPrev com fito de garantir um melhor atendimento no serviço da administração pública.



Messias

Desde 15 de dezembro de 2011 os servidores municipais de Messias/AL contam com um Instituto de previdência.



Parte da equipe

Criado através da Lei 140/2011, o MESSIASPREV nasceu por iniciativa da então prefeita Vânia Omena, na forma de Autarquia, com autonomia administrativa e financeira, e tendo como diferencial uma gestão compartilhada no qual os servidores indicaram o gerente administrativo e financeiro, que cuida, em conjunto com o Diretor Presidente, das movimentações financeiras do Instituto. Vale ressaltar que os ocupantes dos cargos do MESSIASPREV têm mandato o que lhe confere ainda maior autonomia.

A estrutura administrativa conta com o Diretor Presidente, com o Gerente Administrativo e Financeiro, com Assessoria Jurídica, Assessoria Contábil e com Perícia Médica.

O MESSIASPREV funciona em sede própria, aonde atende em um local amplo todos os segurados. Em 2013 foi disponibilizado aos segurados o site do RPPS, no qual existem todas as informações do MESSIASPREV e que em breve permitirá aos segurados o acesso a todas as suas informações.

Também em 2013, a Prefeitura doou uma área na qual será construída a sede do MESSIASPREV, que é um dos objetivos da atual administração. O Instituto beneficia 671 servidores ativos, 38 aposentados e 16 pensionistas. Com Patrimônio Líquido – PL no valor de R\$ 5.519.581,97, montante registrado em 30/11/2014, e investidos em fundos diversos da Caixa Econômica Federal, os quais constam em consonância com o disposto na resolução CMN 3992/2010. Contando com o CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária em dia até 19/05/2015, o Instituto conta ainda com repasse em dia por parte da Prefeitura Municipal.

A gestão do MESSIASPREV tem buscado constante aprimoramento, participando de capacitações: cursos, palestras, congressos e toda espécie de evento em que possam surgir novas



A gestora Juliana se sente realizada com o trabalho em prol do Messiasprev

informações que contribuam na administração do RPPS.

“Além disso, vale destacar a parceria que tem a gestão do MESSIASPREV com a administração municipal, cujo prefeito – Jarbas Maya Omena Filho - tem o comprometimento com o RPPS e com o futuro dos servidores municipais não medindo esforços para manter a contribuição sempre em dia, veja-se que, apesar da grande dificuldade por que passam os Municípios, em Messias não existem contribuições em atraso, como também inexistente qualquer parcelamento de débito”, destaca a gestora Juliana ao afirmar que tem se dedicado ao máximo ao MESSIASPREV. “Tenho consciência que está em nossas mãos a responsabilidade de garantir o futuro merecido de descanso dos servidores que doaram ao Município grande parte dos dias de suas vidas, portanto considero como nosso grande diferencial a busca de aprimoramento, a parceria com a administração municipal e o compromisso com os segurados, tanto que disponibilizamos toda equipe do Instituto para atenderem os segurados em todas as suas necessidades. Para



Um registro da gestora Juliana com o prefeito municipal Jarbas

2015, temos perspectivas de construir sede própria, uma vez que a Prefeitura de Messias fez a doação do terreno para este fim, a implantação do SIPREV e a implantação de rotina de reuniões com os conselhos. No segundo semestre, queremos realizar uma conferência municipal de previdência para a participação dos segurados do MESSIASPREV. Além disso, estamos buscando a alimentação do sistema para que os servidores possam acessar suas informações de qualquer lugar em que tiverem acesso à internet. Iniciar a instalação do SIPREV e constituir o comitê de investimento, que está com a criação em análise na Câmara Municipal.”

A responsável pela equipe do Instituto, Juliana, é brasileira, solteira, servidora pública municipal efetiva, bacharela em Administração pela SEUNE – Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste, cursando a especialização em Gestão Pública, com curso em Previdência Própria ministrado pela Escola de Contas Públicas Barreto Guimarães do TCE/PE, tendo exercido atividades profissionais de assessoramento a gestores públicos e no SESI na área de planejamento estratégico.

RPPS em foco



Visando evidenciar o que as regiões brasileiras estão construindo em termos de **Regime Próprio de Previdência Social**, a **Revista RPPS do Brasil** criou o espaço **RPPS raio X**, cujo objetivo é fazer um raio x das **Associações** e dos **Institutos** de cada região do **Brasil**. Na **20ª Edição** da Revista RPPS do Brasil, vamos mostrar o RPPS do **ESTADO DE RIO GRANDE DO NORTE**. Portanto, se você é gestor ou trabalha com esse segmento, não perca a oportunidade. Entre em contato através dos e-mails: contato@revistarppsdobrasil.com.br ou anapaula@revistarppsdobrasil.com.br, ou através dos telefones: **64 – 3442 6963 / 8133 1707 / 8106 3838**.